

Ventos de Santa Virginia Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 41.484.020/0001-62 - NIRE 3530061254-0
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de julho de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 02 de julho de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Ventos de Santa Virginia Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 24º andar, conjunto 2401C, parte 1, na Vila Olímpia, CEP 04551-060. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a única acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** **Presidente:** Alejandro Norberto Catalano Dupuy; **Secretário:** Tomás Eduardo Dominguez Hoffmann. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o aumento de capital da Companhia mediante a emissão de novas ações; e (ii) a alteração do caput do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social, com a respectiva consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após a discussão da matéria objeto da ordem do dia, a única acionista da Companhia aprovou, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia **de** R\$ 185.309.118,00 (cento e oitenta e cinco milhões, trezentos e nove mil, cento e dezoito reais), **para** R\$ 204.909.118,00 (duzentos e quatro milhões, novecentos e nove mil, cento e dezoito reais), representando, portanto, um aumento no montante de R\$ 19.600.000,00 (dezenove milhões e seiscientos mil reais), mediante a emissão de 19.600.000 (dezenove milhões e seiscentas mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado com base nos incisos I, § 1º do Art. 170, da Lei das S.A. que terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente existentes e são subscritas e integralizadas neste ato pela acionista única da Companhia, nos termos do boletim de subscrição constante do **Anexo I** à presente ata, em moeda corrente nacional, mediante conversão dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia, conforme devidamente registrados na contabilidade da Companhia e conforme abaixo apresentado: a. Total de 19.600.000 (dezenove milhões e seiscentas mil), novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 11 de janeiro de 2024. (ii) Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a alteração do caput do Artigo 4º da Companhia para refletir o aumento de capital social aprovado no item (i) acima, de maneira que o referido dispositivo passe a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 4º. O capital social da Sociedade é de R\$ 204.909.118,00 (duzentos e quatro milhões, novecentos e nove mil, cento e dezoito reais), dividido em 204.909.118 (duzentas e quatro milhões, novecentas e nove mil e cento e dezoito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."** Em virtude da deliberação acima, a única acionista aprovou a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do **Anexo II** à presente ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário para lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos que, lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes eletronicamente, nos termos da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e do Artigo 36 da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020. **Mesa:** **Presidente** - Alejandro Norberto Catalano Dupuy; e **Secretário** - Tomás Eduardo Dominguez Hoffmann; **Acionista:** Novo Horizonte Holding II Ltda. (p.p. Alejandro Norberto Catalano Dupuy). São Paulo, 02 de julho de 2024. **Mesa:** Alejandro Norberto Catalano Dupuy, **Presidente;** Tomás Eduardo Dominguez Hoffmann, **Secretário. Acionista:** **Novo Horizonte Holding II Ltda.,** p.p. Alejandro Norberto Catalano Dupuy. JUCESP nº 267.725/24-3 em 16/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Nome e Duração. Artigo 1º.** **Ventos de Santa Virginia Energias Renováveis S.A. ("Sociedade")** é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, subsidiária integral, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais brasileiras aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404 de 15.12.76 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"). **Sede Social. Artigo 2º.** A Sociedade tem sua sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 24º andar, conjunto 2401C, parte 1, na Vila Olímpia, CEP 04551-060, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, agências, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Objeto Social. Artigo 3º.** A Sociedade tem por objeto social a geração e comercialização de energia, a partir da Central Geradora Eólica Ventos de Santa Luzia 09, localizada no estado da Bahia, cadastrada no regime de Produção Independente de Energia Elétrica sob o Código Único de Empreendimentos de Geração — CEG nº EOL.CV.BA.0494224.01; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de tal Central Geradora. **Capital Social e Ações. Artigo 4º.** O capital social da Sociedade é de R\$ 204.909.118,00 (duzentos e quatro milhões, novecentos e nove mil, cento e dezoito reais), dividido em 204.909.118 (duzentas e quatro milhões, novecentas e nove mil e cento e dezoito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** A Sociedade não poderá emitir partes beneficiárias. **Artigo 5º.** A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 6º.** A propriedade das ações será comprovada pelo registro das ações no Livro de Registro de Ações Nominativas. Nenhuma transferência de ações será feita sem a devida assinatura do respectivo termo no "Livro de Transferência de Ações". **Assembleia Geral de Acionistas. Artigo 7º.** As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. **Artigo 8º.** As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais de Acionistas, ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas pelos Diretores e presididas pelo Acionista indicado entre os presentes que, por sua vez, deverá indicar o Secretário. **Administração da Sociedade. Artigo 10º.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria, com mandato de 3 (três) anos, que terá as atribuições conferidas por lei e por este Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de prestar caução para o exercício de suas funções. **Parágrafo Único.** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Diretoria. Artigo 11º.** A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designações específicas. **Parágrafo Único.** Findo os seus mandatos, poderão ser nomeados novos Diretores por meio de deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 12º.** A remuneração global ou individual da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo a esta deliberar sobre sua distribuição a seus membros. **Artigo 13º.** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 14º.** As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes. **Parágrafo Primeiro.** No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Segundo.** Ocorrendo vaga na Diretoria, a referida substituição será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da vacância. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo em caso de licença concedida pela própria Diretoria. **Parágrafo Quarto.** As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. **Parágrafo Quinto.** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma §1º deste Artigo, deverão igualmente constar no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, em qualquer caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao referido livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 15º.** As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria dos votos dos presentes em cada reunião, ou dos que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 14, § 1º deste Estatuto Social. **Artigo 16º.** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo deliberar sobre a prática de todos os atos e operações relacionados com o objeto social da Sociedade que não forem de competência privativa da Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro.** Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de exigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Sociedade, as funções de : a) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (c) elaborar e recomendar o plano estratégico da Sociedade; (d) zelar pela devida observância dos padrões legais; (e) manter os membros acionistas informados sobre as atividades da Sociedade e o andamento de suas operações; (f) representar a Sociedade nos termos do Artigo 17 deste Estatuto Social; **Parágrafo Segundo.** Compete ao Diretor Vice-Presidente: (a) coadjuvar o Diretor Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos temporários; (b) coordenar e supervisionar as atividades administrativas e econômico-financeiras da Sociedade; (c) participar da elaboração e acompanhar a execução dos planos estratégicos e de negócio; (d) representar a Sociedade, nos termos do Artigo 17 deste Estatuto Social; **Parágrafo Terceiro.** Compete aos demais Diretores: (a) coadjuvar o Diretor Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos temporários; (b) a administração da organização interna e seus controles; (c) a gestão financeira das disponibilidades, créditos e obrigações da Sociedade; (d) a gestão estratégica de materiais e patrimônios; e e) a seleção e o treinamento de pessoal. **Parágrafo Quarto.** Na ausência ou impedimento temporário de um Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente por outro Diretor. **Artigo 17º.** A Sociedade será devidamente representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, incluindo a administração, a orientação e a direção dos negócios sociais, a compra, a venda, a troca ou a alienação, por qualquer forma, de bens móveis da Sociedade e a assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importarem em responsabilidades ou obrigações para a Sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívida, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros será realizada: (a) Por dois diretores em conjunto; (b) Por um Diretor em conjunto com 1 (um) procurador; (c) 02 (dois) procuradores constituídos nos termos do parágrafo único abaixo. **Parágrafo Único.** As procurações serão outorgadas em nome da Sociedade por 02 (dois) diretores em conjunto, devendo o instrumento de procuração especificar os poderes por meio dele conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 03 (três) anos. **Conselho Fiscal. Artigo 18º.** O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 19º.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3(três) e no máximo 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. **Parágrafo Único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Exercício Social e Lucros. Artigo 20º.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados. **Parágrafo Primeiro.** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Segundo.** Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Terceiro.** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. **Parágrafo Quarto.** A Sociedade poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Parágrafo Quinto.** Observadas disposições legais pertinentes, a Sociedade poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Liquidação. Artigo 21º.** A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Normas Gerais e Arbitragem. Artigo 22º.** No caso de dissidência de acionistas das deliberações tomadas na assembleia geral, nos termos legalmente previstos, o valor de reembolso das ações será determinado com base no valor do patrimônio líquido contábil constante do último balanço aprovado. **Parágrafo Único.** Caso o valor econômico da Sociedade seja considerado inferior ao valor patrimonial contábil o valor do reembolso será determinado em laudo de avaliação elaborado por três peritos ou empresa especializada, que satisfaça os requisitos do §1º do Artigo 8º, da Lei das Sociedades por Ações, com as responsabilidades previstas no §6º do mesmo Artigo. **Artigo 23º.** A Sociedade realizará auditoria anual de suas demonstrações financeiras, por meio de auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **Artigo 24º.** A Sociedade, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda das disposições deste Estatuto Social e da legislação aplicável, que deverá conduzida em conformidade com o Regulamento da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP. **Disposições Finais. Artigo 25º.** A Sociedade deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada. **Parágrafo Único** - A Sociedade disponibilizará aos seus acionistas os contratos firmados com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisições de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Sociedade. **Artigo 26º.** Nos casos de abertura de capital da Sociedade, esta se obriga a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os seguintes níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos neste estatuto social **Artigo 27º.** Em tudo o que for omissso o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais pertinentes.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/11/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Ventos de São Romualdo Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 41.489.453/0001-00 - NIRE 3530061256-6

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de agosto de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 27 de agosto de 2024, às 11:00 horas, na sede social da Ventos de São Romualdo Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 24º andar, conjunto 2401C, parte 4, na Vila Olímpia, CEP 04551-060. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a única acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Alejandro Norberto Catalano Dupuy; Secretário: Tomás Eduardo Dominguez Hoffmann. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o aumento de capital da Companhia mediante a emissão de novas ações; e (ii) a alteração do caput do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social, com a respectiva consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após a discussão da matéria objeto da ordem do dia, a única acionista da Companhia aprovou, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia de R\$ 204.571.055,00 (duzentos e quatro milhões, quinhentos e setenta e um mil e cinquenta e cinco reais), para R\$ 209.071.055,00 (duzentos e nove milhões, setenta e um mil e cinquenta e cinco reais), representando, portanto, um aumento no montante de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), mediante a emissão de 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado com base nos incisos I, § 1º do Art. 170, da Lei das S.A. que terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente existentes e são subscritas e integralizadas neste ato pela acionista única da Companhia, nos termos do boletim de subscrição constante do **Anexo I** à presente ata, em moeda corrente nacional, mediante conversão dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela única acionista da Companhia, conforme devidamente registrado na contabilidade da Companhia e conforme abaixo apresentado: a. Total de 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil) novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 06 de marco de 2024. (ii) Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a alteração do caput do Artigo 4º da Companhia para refletir o aumento de capital social aprovado no item (i) acima, de maneira que o referido dispositivo passe a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 4º. O capital social da Sociedade é de R\$ 209.071.055,00 (duzentos e nove milhões, setenta e um mil e cinquenta e cinco reais), dividido em 209.071.055 (duzentas e nove milhões, setenta e uma mil e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."** Em virtude da deliberação acima, a única acionista aprovou a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do **Anexo II** à presente ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário para lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos que, lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes eletronicamente, nos termos da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e do Artigo 36 da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020. **Mesa:** Presidente - Alejandro Norberto Catalano Dupuy; e Secretário - Tomás Eduardo Dominguez Hoffmann; **Acionista:** Novo Horizonte Holding II Ltda. (p.p. Alejandro Norberto Catalano Dupuy). São Paulo, 27 de agosto de 2024. JUCESP nº 341.705/24-0 em 16/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social.**

Nome e Duração, Artigo 1º. Ventos de São Romualdo Energias Renováveis S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, subsidiária integral, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais brasileiras aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404 de 15.12.76 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"). **Sede Social, Artigo 2º.** A Sociedade tem sua sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 24º andar, conjunto 2401C, parte 4, na Vila Olímpia, CEP 04551-060, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, agências, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Objeto Social, Artigo 3º.** A Sociedade tem por objeto social a geração e comercialização de energia, a partir da Central Geradora Eólica Ventos de Santa Luzia 01, localizada no estado da Bahia, cadastrada no regime de Produção Independente de Energia Elétrica sob o Código Único de Empreendimentos de Geração — CEG nº EOL.CV.BA.049398-8.01; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de tal Central Geradora. **Capital Social e Ações, Artigo 4º.** O capital social da Sociedade é de R\$ 209.071.055,00 (duzentos e nove milhões, setenta e um mil e cinquenta e cinco reais), dividido em 209.071.055 (duzentas e nove milhões, setenta e uma mil e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** A Sociedade não poderá emitir partes beneficiárias. **Artigo 5º.** A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 6º.** A propriedade das ações será comprovada pelo registro das ações no Livro de Registro de Ações Nominativas. Nenhuma transferência de ações será feita sem a devida assinatura do respectivo termo no "Livro de Transferência de Ações". **Assembleia Geral de Acionistas, Artigo 7º.** As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. **Artigo 8º.** As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais de Acionistas, ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas pelos Diretores e presididas pelo Acionista indicado entre os presentes que, por sua vez, deverá indicar o Secretário. **Administração da Sociedade, Artigo 10º.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria, com mandato de 3 (três) anos, que terá as atribuições conferidas por lei e por este Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de prestar caução para o exercício de suas funções. **Parágrafo Único.** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Diretoria, Artigo 11.** A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designações específicas. **Parágrafo Único.** Findo os seus mandatos, poderão ser nomeados novos Diretores por meio de deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 12.** A remuneração global ou individual da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo a esta deliberar sobre sua distribuição a seus membros. **Artigo 13.** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 14.** As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes. **Parágrafo Primeiro.** No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Segundo.** Ocorrendo vaga na Diretoria, a referida substituição será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da vacância. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo em caso de licença concedida pela própria Diretoria. **Parágrafo Quarto.** As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. **Parágrafo Quinto.** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma §1º deste Artigo, deverão igualmente constar no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, em qualquer caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao referido livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 15.** As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria dos votos dos presentes em cada reunião, ou dos que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 14, § 1º deste Estatuto Social. **Artigo 16.** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo deliberar sobre a prática de todos os atos e operações relacionados com o objeto social da Sociedade que não forem de competência privativa da Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro.** Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de exigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Sociedade, as funções de : a) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (c) elaborar e recomendar o plano estratégico da Sociedade; (d) zelar pela devida observância dos padrões legais; (e) manter os membros acionistas informados sobre as atividades da Sociedade e o andamento de suas operações; (f) representar a Sociedade nos termos do Artigo 17 deste Estatuto Social; **Parágrafo Segundo.** Compete ao Diretor Vice-Presidente: (a) coadjuvar o Diretor Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos temporários; (b) coordenar e supervisionar as atividades administrativas e econômico-financeiras da Sociedade; (c) participar da elaboração e acompanhar a execução dos planos estratégicos e de negócio; (d) representar a Sociedade, nos termos do Artigo 17 deste Estatuto Social; **Parágrafo Terceiro.** Compete aos demais Diretores: (a) coadjuvar o Diretor Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos temporários; (b) a administração da organização interna e seus controles; (c) a gestão financeira das disponibilidades, créditos e obrigações da Sociedade; (d) a gestão estratégica de materiais e patrimônios; e e) a seleção e o treinamento de pessoal. **Parágrafo Quarto.** Na ausência ou impedimento temporário de um Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente por outro Diretor. **Artigo 17.** A Sociedade será devidamente representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, incluindo a administração, a orientação e a direção dos negócios sociais, a compra, a venda, a troca ou a alienação, por qualquer forma, de bens móveis da Sociedade e a assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importarem em responsabilidades ou obrigações para a Sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívida, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros será realizada: (a) Por dois diretores em conjunto; (b) Por um Diretor em conjunto com 1 (um) procurador; (c) 02 (dois) procuradores constituídos nos termos do parágrafo único abaixo. **Parágrafo Único.** As procurações serão outorgadas em nome da Sociedade por 02 (dois) diretores em conjunto, devendo o instrumento de procuração especificar os poderes por meio dele conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 03 (três) anos. **Conselho Fiscal, Artigo 18.** O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 19.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3(três) e no máximo 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. **Parágrafo Único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Exercício Social e Lucros Artigo 20.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados. **Parágrafo Primeiro.** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Segundo.** Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Terceiro.** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. **Parágrafo Quarto.** A Sociedade poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Parágrafo Quinto.** Observadas disposições legais pertinentes, a Sociedade poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Liquidação Artigo 21.** A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Normas Gerais e Arbitragem Artigo 22.** No caso de dissidência de acionistas das deliberações tomadas na assembleia geral, nos termos legalmente previstos, o valor de reembolso das ações será determinado com base no valor do patrimônio líquido contábil constante do último balanço aprovado. **Parágrafo Único.** Caso o valor econômico da Sociedade seja considerado inferior ao valor patrimonial contábil o valor do reembolso será determinado em laudo de avaliação elaborado por três peritos ou empresa especializada, que satisfaça os requisitos do §1º do Artigo 8º, da Lei das Sociedades por Ações, com as responsabilidades previstas no §6º do mesmo Artigo. **Artigo 23.** A Sociedade realizará auditoria anual de suas demonstrações financeiras, por meio de auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **Artigo 24.** A Sociedade, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalados, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda das disposições deste Estatuto Social e da legislação aplicável, que deverá conduzida em conformidade com o Regulamento da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP. **Disposições Finais Artigo 25.** A Sociedade deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada. **Parágrafo Único** - A Sociedade disponibilizará aos seus acionistas os contratos firmados com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisições de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Sociedade. **Artigo 26.** Nos casos de abertura de capital da Sociedade, esta se obriga a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os seguintes níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos neste estatuto social **Artigo 27.** Em tudo o que for omissio o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais pertinentes.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/11/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Ventos de São Teófano Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 41.413.101/0001-71 - NIRE 3530061235-3

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de março de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 8 de março de 2024, às 09:30 horas, na sede social da Ventos de São Teófano Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 24º andar, conjunto 2401C, parte 5, na Vila Olímpia, CEP 04551-060. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a única acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Alejandro Norberto Catalano Dupuy; Secretário: Tomás Eduardo Dominguez Hoffmann. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o aumento de capital da Companhia mediante a emissão de novas ações; e (ii) a alteração do caput do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social, com a respectiva consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após a discussão da matéria objeto da ordem do dia, a única acionista da Companhia aprovou, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia de R\$ 177.413.574,00 (cento e setenta e sete milhões, quatrocentos e treze mil, quinhentos e setenta e quatro reais), para R\$ 204.413.574,00 (duzentos e quatro milhões, quatrocentos e treze mil, quinhentos e setenta e quatro reais), representando, portanto, um aumento no montante de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), mediante a emissão de 27.000.000 (vinte e sete milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado com base nos incisos I, § 1º do Art. 170, da Lei das S.A. que terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente existentes e são subscritas e integralizadas neste ato pela acionista única da Companhia, nos termos do boletim de subscrição constante do **Anexo I** à presente ata, em moeda corrente nacional, mediante conversão dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela única acionista da Companhia, conforme devidamente registrados na contabilidade da Companhia e conforme abaixo apresentado: a. Total de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 25 de setembro de 2023; b. Total de 820.000 (oitocentas e vinte mil) novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 5 de janeiro de 2024; c. Total de 22.500.000 (vinte e duas milhões e quinhentas mil) novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 11 de janeiro de 2024; d. Total de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 6 de março de 2024; e e. Total de 680.000 (seiscentas e oitenta mil) novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 8 de março de 2024. (ii) Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a alteração do caput do Artigo 4º da Companhia para refletir o aumento de capital social aprovado no item (i) acima, de maneira que o referido dispositivo passe a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 4º. O capital social da Sociedade é de R\$ 204.413.574,00 (duzentos e quatro milhões, quatrocentos e treze mil, quinhentos e setenta e quatro reais), dividido em 204.413.574 (duzentas e quatro milhões, quatrocentas e treze mil, quinhentas e setenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."** Em virtude da deliberação acima, a única acionista aprovou a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do **Anexo II** à presente ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário para lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos que, lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes eletronicamente, nos termos da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e do Artigo 36 da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020. **Mesa:** Presidente - Alejandro Norberto Catalano Dupuy; e Secretário - Tomás Eduardo Dominguez Hoffmann. São Paulo, 8 de março de 2024. (Certifico que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.) JUCESP nº 103.759/24-4 em 13/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Nome e Duração.** Artigo 1º. **Ventos de São Teófano Energias Renováveis S.A.** ("Sociedade") é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, subsidiária integral, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais brasileiras aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404 de 15.12.76 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"). **Sede Social.** Artigo 2º. A Sociedade tem sua sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 24º andar, conjunto 2401C, parte 5, na Vila Olímpia, CEP 04551-060, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, agências, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Objeto Social.** Artigo 3º. A Sociedade tem por objeto social a geração e comercialização de energia, a partir da Central Geradora Eólica Ventos de Santa Luzia 02, localizada no estado da Bahia, cadastrada no regime de Produção Independente de Energia Elétrica sob o Código Único de Empreendimentos de Geração—CEG nº EOL.CV.BA.049399-6.01; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de tal Central Geradora. **Capital Social e Ações.** Artigo 4º. O capital social da Sociedade é de R\$ 204.413.574,00 (duzentos e quatro milhões, quatrocentos e treze mil, quinhentos e setenta e quatro reais), dividido em 204.413.574 (duzentas e quatro milhões, quatrocentas e treze mil, quinhentas e setenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** A Sociedade não poderá emitir partes beneficiárias. **Artigo 5º.** A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 6º.** A propriedade das ações será comprovada pelo registro das ações no Livro de Registro de Ações Nominativas. Nenhuma transferência de ações será feita sem a devida assinatura do respectivo termo no "Livro de Transferência de Ações". **Assembleia Geral de Acionistas.** Artigo 7º. As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. **Artigo 8º.** As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais de Acionistas, ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas pelos Diretores e presididas pelo Acionista indicado entre os presentes que, por sua vez, deverá indicar o Secretário. **Administração da Sociedade.** Artigo 10º. A Sociedade será administrada por uma Diretoria, com mandato de 3 (três) anos, que terá as atribuições conferidas por lei e por este Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de prestar caução para o exercício de suas funções. **Parágrafo Único.** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Diretoria.** Artigo 11. A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designações específicas. **Parágrafo Único.** Findo os seus mandatos, poderão ser nomeados novos Diretores por meio de deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 12.** A remuneração global ou individual da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo a esta deliberar sobre sua distribuição a seus membros. **Artigo 13.** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 14.** As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes. **Parágrafo Primeiro.** No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Segundo.** Ocorrendo vaga na Diretoria, a referida substituição será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da vacância. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo em caso de licença concedida pela própria Diretoria. **Parágrafo Quarto.** As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. **Parágrafo Quinto.** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma §1º deste Artigo, deverão igualmente constar no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, em qualquer caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao referido livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 15.** As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria dos votos dos presentes em cada reunião, ou dos que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 14, § 1º deste Estatuto Social. **Artigo 16.** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo deliberar sobre a prática de todos os atos e operações relacionados com o objeto social da Sociedade que não forem de competência privativa da Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro.** Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de exigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Sociedade, as funções de: a) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (c) elaborar e recomendar o plano estratégico da Sociedade; (d) zelar pela devida observância dos padrões legais; (e) manter os membros acionistas informados sobre as atividades da Sociedade e o andamento de suas operações; (f) representar a Sociedade nos termos do Artigo 17 deste Estatuto Social; **Parágrafo Segundo.** Compete ao Diretor Vice-Presidente: (a) coadjuvar o Diretor Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos temporários; (b) coordenar e supervisionar as atividades administrativas e econômico-financeiras da Sociedade; (c) participar da elaboração e acompanhar a execução dos planos estratégicos e de negócio; (d) representar a Sociedade, nos termos do Artigo 17 deste Estatuto Social; **Parágrafo Terceiro.** Compete aos demais Diretores: (a) coadjuvar o Diretor Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos temporários; (b) a administração da organização interna e seus controles; (c) a gestão financeira das disponibilidades, créditos e obrigações da Sociedade; (d) a gestão estratégica de materiais e patrimônios; e e) a seleção e o treinamento de pessoal. **Parágrafo Quarto.** Na ausência ou impedimento temporário de um Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente por outro Diretor. **Artigo 17.** A Sociedade será devidamente representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, incluindo a administração, a orientação e a direção dos negócios sociais, a compra, a venda, a troca ou a alienação, por qualquer forma, de bens móveis da Sociedade e a assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importarem em responsabilidades ou obrigações para a Sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívida, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros será realizada: (a) Por dois diretores em conjunto; (b) Por um Diretor em conjunto com 1 (um) procurador; (c) 02 (dois) procuradores constituídos nos termos do parágrafo único abaixo. **Parágrafo Único.** As procurações serão outorgadas em nome da Sociedade por 02 (dois) diretores em conjunto, devendo o instrumento de procuração especificar os poderes por meio dele conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 03 (três) anos. **Conselho Fiscal.** Artigo 18. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 19.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3(três) e no máximo 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. **Parágrafo Único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Exercício Social e Lucros.** Artigo 20. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados. **Parágrafo Primeiro.** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Segundo.** Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Terceiro.** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. **Parágrafo Quarto.** A Sociedade poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Parágrafo Quinto.** Observadas disposições legais pertinentes, a Sociedade poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Liquidação.** Artigo 21. A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Normas Gerais e Arbitragem.** Artigo 22. No caso de dissidência de acionistas das deliberações tomadas na assembleia geral, nos termos legalmente previstos, o valor de reembolso das ações será determinado com base no valor do patrimônio líquido contábil constante do último balanço aprovado. **Parágrafo Único.** Caso o valor econômico da Sociedade seja considerado inferior ao valor patrimonial contábil o valor do reembolso será determinado em laudo de avaliação elaborado por três peritos ou empresa especializada, que satisfaça os requisitos do §1º do Artigo 8º, da Lei das Sociedades por Ações, com as responsabilidades previstas no §6º do mesmo Artigo. **Artigo 23.** A Sociedade realizará auditoria anual de suas demonstrações financeiras, por meio de auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **Artigo 24.** A Sociedade, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda das disposições deste Estatuto Social e da legislação aplicável, que deverá conduzida em conformidade com o Regulamento da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP. **Disposições Finais.** Artigo 25. A Sociedade deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada. **Parágrafo Único.** - A Sociedade disponibilizará aos seus acionistas os contratos firmados com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisições de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Sociedade. **Artigo 26.** Nos casos de abertura de capital da Sociedade, esta se obriga a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os seguintes níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos neste estatuto social **Artigo 27.** Em tudo o que for omissso o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais pertinentes.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/11/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Ventos de São Teófano Energias Renováveis S.A.

CNPJ 41.413.101/0001-71 - NIRE 3530061235-3

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de julho de 2024

1. **Data, Hora e Local:** Realizada no dia 16 de julho de 2024, às 10:30 horas, na sede social da Ventos de São Teófano Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 24º andar, conjunto 2401C, parte 5, na Vila Olímpia, CEP 04551-060. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a única acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia. 3. **Mesa:** **Presidente:** Alejandro Norberto Catalano Dupuy; **Secretário:** Tomás Eduardo Dominguez Hoffmann. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o aumento de capital da Companhia mediante a emissão de novas ações; e (ii) a alteração do caput do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social, com a respectiva consolidação do Estatuto Social. 5. **Deliberações:** Após a discussão da matéria objeto da ordem do dia, a única acionista da Companhia aprovou, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia de R\$ 204.413.574,00 (duzentos e quatro milhões, quatrocentos e treze mil, quinhentos e setenta e quatro reais), para R\$ 205.894.398,00 (duzentos e cinco milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, trezentos e noventa e oito reais), representando, portanto, um aumento no montante de R\$ 1.480.824,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta mil e oitocentos e vinte e quatro reais), mediante a emissão de 1.480.824 (um milhão, quatrocentos e oitenta mil e oitocentas e vinte e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado com base nos incisos I, § 1º do Art. 170, da Lei das S.A. que terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente existentes e são subscritas e integralizadas neste ato pela acionista única da Companhia, nos termos do boletim de subscrição constante do **Anexo I** à presente ata, em moeda corrente nacional, mediante conversão dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela única acionista da Companhia, conforme devidamente registrados na contabilidade da Companhia e conforme abaixo apresentado: a. Total de 500.000 (quinhentas mil) novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 03 de novembro de 2023; b. Total de 200.000 (duzentas mil) novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 21 de março de 2024; e c. Total de 780.824 (setecentas e oitenta mil e oitocentas e vinte e quatro) novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 28 de junho de 2024. (ii) Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a alteração do caput do Artigo 4º da Companhia para refletir o aumento de capital social aprovado no item (i) acima, de maneira que o referido dispositivo passe a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 4º.** *O capital social da Sociedade é de R\$ 205.894.398,00 (duzentos e cinco milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, trezentos e noventa e oito reais), dividido em 205.894.398 (duzentas e cinco milhões, oitocentas e noventa e quatro mil, trezentas e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* Em virtude da deliberação acima, a única acionista aprovou a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do **Anexo II** à presente ata. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário para lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos que, lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes eletronicamente, nos termos da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e do Artigo 36 da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020. **Mesa:** **Presidente** - Alejandro Norberto Catalano Dupuy; e **Secretário** - Tomás Eduardo Dominguez Hoffmann; **Acionista:** Novo Horizonte Holding II Ltda. (p.p. Alejandro Norberto Catalano Dupuy). São Paulo, 16 de julho de 2024. JUCESP nº 269.668/24-0 em 22/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Nome e Duração. Artigo 1º.** **Ventos de São Teófano Energias Renováveis S.A.** ("Sociedade") é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, subsidiária integral, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais brasileiras aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404 de 15.12.76 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"). **Sede Social, Artigo 2º.** A Sociedade tem sua sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 24º andar, conjunto 2401C, parte 5, na Vila Olímpia, CEP 04551-060, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, agências, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Objeto Social, Artigo 3º.** A Sociedade tem por objeto social a geração e comercialização de energia, a partir da Central Geradora Eólica Ventos de Santa Luzia 02, localizada no estado da Bahia, cadastrada no regime de Produção Independente de Energia Elétrica sob o Código Único de Empreendimentos de Geração—CEG nº EOL.CV.BA.049399-6.01; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de tal Central Geradora. **Capital Social e Ações, Artigo 4º.** O capital social da Sociedade é de R\$ 205.894.398,00 (duzentos e cinco milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, trezentos e noventa e oito reais), dividido em 205.894.398 (duzentas e cinco milhões, oitocentas e noventa e quatro mil, trezentas e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** A Sociedade não poderá emitir partes beneficiárias. **Artigo 5º.** A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 6º.** A propriedade das ações será comprovada pelo registro das ações no Livro de Registro de Ações Nominativas. Nenhuma transferência de ações será feita sem a devida assinatura do respectivo termo no "Livro de Transferência de Ações". **Assembleia Geral de Acionistas, Artigo 7º.** As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. **Artigo 8º.** As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais de Acionistas, ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas pelos Diretores e presididas pelo Acionista indicado entre os presentes que, por sua vez, deverá indicar o Secretário. **Administração da Sociedade, Artigo 10º.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria, com mandato de 3 (três) anos, que terá as atribuições conferidas por lei e por este Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de prestar caução para o exercício de suas funções. **Parágrafo Único.** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Diretoria, Artigo 11.** A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designações específicas. **Parágrafo Único.** Findo os seus mandatos, poderão ser nomeados novos Diretores por meio de deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 12.** A remuneração global ou individual da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo a esta deliberar sobre sua distribuição a seus membros. **Artigo 13.** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 14.** As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes. **Parágrafo Primeiro.** No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Segundo.** Ocorrendo vaga na Diretoria, a referida substituição será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da vacância. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo em caso de licença concedida pela própria Diretoria. **Parágrafo Quarto.** As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. **Parágrafo Quinto.** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma §1º deste Artigo, deverão igualmente constar no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, em qualquer caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao referido livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 15.** As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria dos votos dos presentes em cada reunião, ou dos que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 14, § 1º deste Estatuto Social. **Artigo 16.** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo deliberar sobre a prática de todos os atos e operações relacionados com o objeto social da Sociedade que não forem de competência privativa da Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro.** Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de exigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Sociedade, as funções de : a) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; c) elaborar e recomendar o plano estratégico da Sociedade; d) zelar pela devida observância dos padrões legais; e) manter os membros acionistas informados sobre as atividades da Sociedade e o andamento de suas operações; f) representar a Sociedade nos termos do Artigo 17 deste Estatuto Social; **Parágrafo Segundo.** Compete ao Diretor Vice-Presidente: (a) coadjuvar o Diretor Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos temporários; (b) coordenar e supervisionar as atividades administrativas e econômico-financeiras da Sociedade; (c) participar da elaboração e acompanhar a execução dos planos estratégicos e de negócio; (d) representar a Sociedade, nos termos do Artigo 17 deste Estatuto Social; **Parágrafo Terceiro.** Compete aos demais Diretores: (a) coadjuvar o Diretor Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos temporários; (b) a administração da organização interna e seus controles; (c) a gestão financeira das disponibilidades, créditos e obrigações da Sociedade; (d) a gestão estratégica de materiais e patrimônios; e e) a seleção e o treinamento de pessoal. **Parágrafo Quarto.** Na ausência ou impedimento temporário de um Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente por outro Diretor. **Artigo 17.** A Sociedade será devidamente representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, incluindo a administração, a orientação e a direção dos negócios sociais, a compra, a venda, a troca ou a alienação, por qualquer forma, de bens móveis da Sociedade e a assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importarem em responsabilidades ou obrigações para a Sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívida, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros será realizada: (a) Por dois diretores em conjunto; (b) Por um Diretor em conjunto com 1 (um) procurador; (c) 02 (dois) procuradores constituídos nos termos do parágrafo único abaixo. **Parágrafo Único.** As procurações serão outorgadas em nome da Sociedade por 02 (dois) diretores em conjunto, devendo o instrumento de procuração especificar os poderes por meio dele conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 03 (três) anos. **Conselho Fiscal, Artigo 18.** O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 19.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3(três) e no máximo 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. **Parágrafo Único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Exercício Social e Lucros, Artigo 20.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados. **Parágrafo Primeiro.** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Segundo.** Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Terceiro.** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. **Parágrafo Quarto.** A Sociedade poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Parágrafo Quinto.** Observadas disposições legais pertinentes, a Sociedade poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Liquidação, Artigo 21.** A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Normas Gerais e Arbitragem, Artigo 22.** No caso de dissidência de acionistas das deliberações tomadas na assembleia geral, nos termos legalmente previstos, o valor de reembolso das ações será determinado com base no valor do patrimônio líquido contábil constante do último balanço aprovado. **Parágrafo Único.** Caso o valor econômico da Sociedade seja considerado inferior ao valor patrimonial contábil o valor do reembolso será determinado em laudo de avaliação elaborado por três peritos ou empresa especializada, que satisfaça os requisitos do §1º do Artigo 8º, da Lei das Sociedades por Ações, com as responsabilidades previstas no §6º do mesmo Artigo. **Artigo 23.** A Sociedade realizará auditoria anual de suas demonstrações financeiras, por meio de auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **Artigo 24.** A Sociedade, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda das disposições deste Estatuto Social e da legislação aplicável, que deverá conduzida em conformidade com o Regulamento da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP. **Disposições Finais, Artigo 25.** A Sociedade deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada. **Parágrafo Único** - A Sociedade disponibilizará aos seus acionistas os contratos firmados com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisições de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Sociedade. **Artigo 26.** Nos casos de abertura de capital da Sociedade, esta se obriga a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os seguintes níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos neste estatuto social **Artigo 27.** Em tudo o que for omissso o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais pertinentes.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/11/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Ventos de São Tilão Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 41.489.475/0001-70 - NIRE 3530061234-5

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de julho de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 16 de julho de 2024, às 11:00 horas, na sede social da Ventos de São Tilão Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 24º andar, conjunto 2401C, parte 8, na Vila Olímpia, CEP 04551-060. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a única acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Alejandro Norberto Catalano Dupuy; Secretário: Tomás Eduardo Dominguez Hoffmann. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o aumento de capital da Companhia mediante a emissão de novas ações; e (ii) a alteração do caput do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social, com a respectiva consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após a discussão da matéria objeto da ordem do dia, a única acionista da Companhia aprovou, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia de R\$ 175.597.852,00 (cento e setenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e sete mil e oitocentos e cinquenta e dois reais), para R\$ 183.215.454,00 (cento e oitenta e três milhões, duzentos e quinze mil e quatrocentos e cinquenta e quatro mil reais), representando, portanto, um aumento no montante de R\$ 7.617.602,00 (sete milhões, seiscentos e dezessete mil e seiscentos e dois reais), mediante a emissão de 7.617.602 (sete milhões, seiscentas e dezessete mil e seiscentas e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado com base nos incisos I, § 1º do Art. 170, da Lei das S.A. que terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente existentes e são subscritas e integralizadas neste ato pela acionista única da Companhia, nos termos do boletim de subscrição constante do **Anexo I** à presente ata, em moeda corrente nacional, mediante conversão dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela única acionista da Companhia, firmados em caráter irrevogável e irretroatável, conforme devidamente registrados na contabilidade da Companhia e conforme abaixo apresentado: a. Total de 2.600.000 (duas milhões e seiscentas mil) novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 06 de março de 2024; b. Total de 2.500.000 (duas milhões e quinhentas mil) novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 15 de março de 2024; c. Total de 400.000 (quatrocentas mil) novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 21 de março de 2024; d. Total de 1.000.000 (um milhão) de novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 14 de junho de 2024; e. Total de 1.117.602 (um milhão, cento e dezessete mil e seiscentas e duas) novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 28 de junho de 2024. (ii) Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a alteração do caput do Artigo 4º da Companhia para refletir o aumento de capital social aprovado no item (i) acima, de maneira que o referido dispositivo passe a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 4º.** *O capital social da Sociedade é de R\$ 183.215.454,00 (cento e oitenta e três milhões, duzentos e quinze mil e quatrocentos e cinquenta e quatro mil reais), dividido em 183.215.454 (cento e oitenta e três milhões, duzentas e quinze mil e quatrocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* Em virtude da deliberação acima, a única acionista aprovou a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do **Anexo II** à presente ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário para lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos que, lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes eletronicamente, nos termos da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e do Artigo 36 da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020. **Mesa:** Presidente - Alejandro Norberto Catalano Dupuy; e Secretário - Tomás Eduardo Dominguez Hoffmann; **Acionista:** Novo Horizonte Holding II Ltda. (p.p. Alejandro Norberto Catalano Dupuy). São Paulo, 16 de julho de 2024. JUCESP nº 285.978/24-0 em 25/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Nome e Duração.** Artigo 1º. **Ventos de São Tilão Energias Renováveis S.A.** ("Sociedade") é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, subsidiária integral, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais brasileiras aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404 de 15.12.76 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"). **Sede Social.** Artigo 2º. A Sociedade tem sua sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 24º andar, conjunto 2401C, parte 8, na Vila Olímpia, CEP 04551-060, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, agências, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Objeto Social.** Artigo 3º. A Sociedade tem por objeto social a geração e comercialização de energia, a partir da Central Geradora Eólica Ventos de Santa Luzia 05, localizada no estado da Bahia, cadastrada no regime de Produção Independente de Energia Elétrica sob o Código Único de Empreendimentos de Geração—CEG nº EOL.CV.BA.049418-6.01; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de tal Central Geradora. **Capital Social e Ações.** Artigo 4º. O capital social da Sociedade é de R\$ 183.215.454,00 (cento e oitenta e três milhões, duzentos e quinze mil e quatrocentos e cinquenta e quatro mil reais), dividido em 183.215.454 (cento e oitenta e três milhões, duzentas e quinze mil e quatrocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** A Sociedade não poderá emitir partes beneficiárias. **Artigo 5º.** A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 6º.** A propriedade das ações será comprovada pelo registro das ações no Livro de Registro de Ações Nominativas. Nenhuma transferência de ações será feita sem a devida assinatura do respectivo termo no "Livro de Transferência de Ações". **Assembleia Geral de Acionistas.** Artigo 7º. As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. **Artigo 8º.** As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais de Acionistas, ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas pelos Diretores e presididas pelo Acionista indicado entre os presentes que, por sua vez, deverá indicar o Secretário. **Administração da Sociedade.** Artigo 10º. A Sociedade será administrada por uma Diretoria, com mandato de 3 (três) anos, que terá as atribuições conferidas por lei e por este Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de prestar caução para o exercício de suas funções. **Parágrafo Único.** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Diretoria.** Artigo 11. A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designações específicas. **Parágrafo Único.** Findo os seus mandatos, poderão ser nomeados novos Diretores por meio de deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 12.** A remuneração global ou individual da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo a esta deliberar sobre sua distribuição a seus membros. **Artigo 13.** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 14.** As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes. **Parágrafo Primeiro.** No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Segundo.** Ocorrendo vaga na Diretoria, a referida substituição será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da vacância. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo em caso de licença concedida pela própria Diretoria. **Parágrafo Quarto.** As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. **Parágrafo Quinto.** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma §1º deste Artigo, deverão igualmente constar no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, em qualquer caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao referido livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 15.** As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria dos votos dos presentes em cada reunião, ou dos que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 14, § 1º deste Estatuto Social. **Artigo 16.** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo deliberar sobre a prática de todos os atos e operações relacionados com o objeto social da Sociedade que não forem de competência privativa da Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro.** Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de exigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Sociedade, as funções de: a) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (c) elaborar e recomendar o plano estratégico da Sociedade; (d) zelar pela devida observância dos padrões legais; (e) manter os membros acionistas informados sobre as atividades da Sociedade e o andamento de suas operações; (f) representar a Sociedade nos termos do Artigo 17 deste Estatuto Social; **Parágrafo Segundo.** Compete ao Diretor Vice-Presidente: (a) coadjuvar o Diretor Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos temporários; (b) coordenar e supervisionar as atividades administrativas e econômico-financeiras da Sociedade; (c) participar da elaboração e acompanhar a execução dos planos estratégicos e de negócio; (d) representar a Sociedade, nos termos do Artigo 17 deste Estatuto Social; **Parágrafo Terceiro.** Compete aos demais Diretores: (a) coadjuvar o Diretor Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos temporários; (b) a administração da organização interna e seus controles; (c) a gestão financeira das disponibilidades, créditos e obrigações da Sociedade; (d) a gestão estratégica de materiais e patrimônios; e e) a seleção e o treinamento de pessoal. **Parágrafo Quarto.** Na ausência ou impedimento temporário de um Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente por outro Diretor. **Artigo 17.** A Sociedade será devidamente representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, incluindo a administração, a orientação e a direção dos negócios sociais, a compra, a venda, a troca ou a alienação, por qualquer forma, de bens móveis da Sociedade e a assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importarem em responsabilidades ou obrigações para a Sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívida, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros será realizada: (a) Por dois diretores em conjunto; (b) Por um Diretor em conjunto com 1 (um) procurador; (c) 02 (dois) procuradores constituídos nos termos do parágrafo único abaixo. **Parágrafo Único.** As procurações serão outorgadas em nome da Sociedade por 02 (dois) diretores em conjunto, devendo o instrumento de procuração especificar os poderes por meio dele conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 03 (três) anos. **Conselho Fiscal.** Artigo 18. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 19.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. **Parágrafo Único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Exercício Social e Lucros.** Artigo 20. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados. **Parágrafo Primeiro.** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Segundo.** Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Terceiro.** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. **Parágrafo Quarto.** A Sociedade poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Parágrafo Quinto.** Observadas disposições legais pertinentes, a Sociedade poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Liquidação.** Artigo 21. A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Normas Gerais e Arbitragem.** Artigo 22. No caso de dissidência de acionistas das deliberações tomadas na assembleia geral, nos termos legalmente previstos, o valor de reembolso das ações será determinado com base no valor do patrimônio líquido contábil constante do último balanço aprovado. **Parágrafo Único.** Caso o valor econômico da Sociedade seja considerado inferior ao valor patrimonial contábil o valor do reembolso será determinado em laudo de avaliação elaborado por três peritos ou empresa especializada, que satisfaça os requisitos do §1º do Artigo 8º, da Lei das Sociedades por Ações, com as responsabilidades previstas no §6º do mesmo Artigo. **Artigo 23.** A Sociedade realizará auditoria anual de suas demonstrações financeiras, por meio de auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **Artigo 24.** A Sociedade, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda das disposições deste Estatuto Social e da legislação aplicável, que deverá conduzida em conformidade com o Regulamento da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP. **Disposições Finais.** Artigo 25. A Sociedade deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada. **Parágrafo Único.** - A Sociedade disponibilizará aos seus acionistas os contratos firmados com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisições de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Sociedade. **Artigo 26.** Nos casos de abertura de capital da Sociedade, esta se obriga a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os seguintes níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos neste estatuto social **Artigo 27.** Em tudo o que for omissso o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais pertinentes.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/11/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Ventos de São Vigílio Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 41.489.523/0001-20 - NIRE 3530061258-2

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de agosto de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 27 de agosto de 2024, às 11h30min., na sede social da Ventos de São Vigílio Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 24º andar, conjunto 2401C, parte 9, na Vila Olímpia, CEP 04551-060. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a única acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** **Presidente:** Alejandro Norberto Catalano Dupuy; **Secretário:** Tomás Eduardo Dominguez Hoffmann. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** o aumento de capital da Companhia mediante a emissão de novas ações; e **(ii)** a alteração do caput do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social, com a respectiva consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após a discussão da matéria objeto da ordem do dia, a única acionista da Companhia aprovou, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **(i)** aprovar o aumento do capital social da Companhia **de** R\$ 198.121.395,00 (cento e noventa e oito milhões, cento e vinte e um mil e trezentos e noventa e cinco reais), **para** R\$ 205.621.395,00 (duzentos e cinco milhões, seiscentos e vinte e um mil e trezentos e noventa e cinco reais), representando, portanto, um aumento no montante de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), mediante a emissão de 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado com base nos incisos I, § 1º do Art. 170, da Lei das S.A. que terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente existentes e são subscritas e integralizadas neste ato pela acionista única da Companhia, nos termos do boletim de subscrição constante do **Anexo I** à presente ata, em moeda corrente nacional, mediante conversão dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela única acionista da Companhia, conforme devidamente registrados na contabilidade da Companhia e conforme abaixo apresentado: a. Total de 7.000.000 (sete milhões) de novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 01 de março de 2024; e b. Total de 500.000 (quinhentas mil) de novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 06 de março de 2024. **(ii)** Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a alteração do caput do Artigo 4º da Companhia para refletir o aumento de capital social aprovado no item **(i)** acima, de maneira que o referido dispositivo passe a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 4º.** *O capital social da Sociedade é de R\$ 205.621.395,00 (duzentos e cinco milhões, seiscentos e vinte e um mil e trezentos e noventa e cinco reais), dividido em 205.621.395 (duzentas e cinco milhões, seiscentas e vinte e uma mil e trezentas e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.*" Em virtude da deliberação acima, a única acionista aprovou a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do **Anexo II** à presente ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário para lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos que, lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes eletronicamente, nos termos da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e do Artigo 36 da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020. **Mesa:** **Presidente** – Alejandro Norberto Catalano Dupuy; e **Secretário** – Tomás Eduardo Dominguez Hoffmann; **Acionista:** Novo Horizonte Holding II Ltda. (p.p. Alejandro Norberto Catalano Dupuy). São Paulo, 27 de agosto de 2024. JUCESP nº 341.093/24-5 em 06/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Nome e Duração. Artigo 1º.** **Ventos de São Vigílio Energias Renováveis S.A.**("Sociedade") é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, subsidiária integral, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais brasileiras aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404 de 15.12.76 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"). **Sede Social, Artigo 2º.** A Sociedade tem sua sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 24º andar, conjunto 2401C, parte 9, na Vila Olímpia, CEP 04551-060, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, agências, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Objeto Social, Artigo 3º.** A Sociedade tem por objeto social a geração e comercialização de energia, a partir da Central Geradora Eólica Ventos de Santa Luzia 08, localizada no estado da Bahia, cadastrada no regime de Produção Independente de Energia Elétrica sob o Código Único de Empreendimentos de Geração — CEG nº EOL.CV.BA.049421-6.01; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de tal Central Geradora. **Capital Social e Ações, Artigo 4º.** O capital social da Sociedade é de R\$ R\$ 205.621.395,00 (duzentos e cinco milhões, seiscentos e vinte e um mil e trezentos e noventa e cinco reais), dividido em 205.621.395 (duzentas e cinco milhões, seiscentas e vinte e uma mil e trezentas e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** A Sociedade não poderá emitir partes beneficiárias. **Artigo 5º.** A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 6º.** A propriedade das ações será comprovada pelo registro das ações no Livro de Registro de Ações Nominativas. Nenhuma transferência de ações será feita sem a devida assinatura do respectivo termo no "Livro de Transferência de Ações". **Assembleia Geral de Acionistas, Artigo 7º.** As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. **Artigo 8º.** As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais de Acionistas, ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas pelos Diretores e presididas pelo Acionista indicado entre os presentes que, por sua vez, deverá indicar o Secretário. **Administração da Sociedade, Artigo 10º.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria, com mandato de 3 (três) anos, que terá as atribuições conferidas por lei e por este Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de prestar caução para o exercício de suas funções. **Parágrafo Único.** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Diretoria, Artigo 11.** A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designações específicas. **Parágrafo Único.** Findo os seus mandados, poderão ser nomeados novos Diretores por meio de deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 12.** A remuneração global ou individual da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo a esta deliberar sobre sua distribuição a seus membros. **Artigo 13.** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 14.** As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes. **Parágrafo Primeiro.** No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Segundo.** Ocorrendo vaga na Diretoria, a referida substituição será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da vacância. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo em caso de licença concedida pela própria Diretoria. **Parágrafo Quarto.** As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. **Parágrafo Quinto.** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma §1º deste Artigo, deverão igualmente constar no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, em qualquer caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao referido livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 15.** As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria dos votos dos presentes em cada reunião, ou dos que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 14, § 1º deste Estatuto Social. **Artigo 16.** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo deliberar sobre a prática de todos os atos e operações relacionados com o objeto social da Sociedade que não forem de competência privativa da Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro.** Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de exigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Sociedade, as funções de : a) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (c) elaborar e recomendar o plano estratégico da Sociedade; (d) zelar pela devida observância dos padrões legais; (e) manter os membros acionistas informados sobre as atividades da Sociedade e o andamento de suas operações; (f) representar a Sociedade nos termos do Artigo 17 deste Estatuto Social; **Parágrafo Segundo.** Compete ao Diretor Vice-Presidente: (a) coadjuvar o Diretor Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos temporários; (b) coordenar e supervisionar as atividades administrativas e econômico-financeiras da Sociedade; (c) participar da elaboração e acompanhar a execução dos planos estratégicos e de negócio; (d) representar a Sociedade, nos termos do Artigo 17 deste Estatuto Social; **Parágrafo Terceiro.** Compete aos demais Diretores: (a) coadjuvar o Diretor Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos temporários; (b) a administração da organização interna e seus controles; (c) a gestão financeira das disponibilidades, créditos e obrigações da Sociedade; (d) a gestão estratégica de materiais e patrimônios; e e) a seleção e o treinamento de pessoal. **Parágrafo Quarto.** Na ausência ou impedimento temporário de um Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente por outro Diretor. **Artigo 17.** A Sociedade será devidamente representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, incluindo a administração, a orientação e a direção dos negócios sociais, a compra, a venda, a troca ou a alienação, por qualquer forma, de bens móveis da Sociedade e a assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importarem em responsabilidades ou obrigações para a Sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívida, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros será realizada: (a) Por dois diretores em conjunto; (b) Por um Diretor em conjunto com 1 (um) procurador; (c) 02 (dois) procuradores constituídos nos termos do parágrafo único abaixo. **Parágrafo Único.** As procurações serão outorgadas em nome da Sociedade por 02 (dois) diretores em conjunto, devendo o instrumento de procuração especificar os poderes por meio dele conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 03 (três) anos. **Conselho Fiscal, Artigo 18.** O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 19.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3(três) e no máximo 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. **Parágrafo Único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Exercício Social e Lucros, Artigo 20.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados. **Parágrafo Primeiro.** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Segundo.** Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Terceiro.** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. **Parágrafo Quarto.** A Sociedade poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Parágrafo Quinto.** Observadas disposições legais pertinentes, a Sociedade poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Liquidação, Artigo 21.** A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Normas Gerais e Arbitragem, Artigo 22.** No caso de dissidência de acionistas das deliberações tomadas na assembleia geral, nos termos legalmente previstos, o valor de reembolso das ações será determinado com base no valor do patrimônio líquido contábil constante do último balanço aprovado. **Parágrafo Único.** Caso o valor econômico da Sociedade seja considerado inferior ao valor patrimonial contábil o valor do reembolso será determinado em laudo de avaliação elaborado por três peritos ou empresa especializada, que satisfaça os requisitos do §1º do Artigo 8º, da Lei das Sociedades por Ações, com as responsabilidades previstas no §6º do mesmo Artigo. **Artigo 23.** A Sociedade realizará auditoria anual de suas demonstrações financeiras, por meio de auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **Artigo 24.** A Sociedade, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda das disposições deste Estatuto Social e da legislação aplicável, que deverá conduzida em conformidade com o Regulamento da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP. **Disposições Finais, Artigo 25.** A Sociedade deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada. **Parágrafo Único** - A Sociedade disponibilizará aos seus acionistas os contratos firmados com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisições de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Sociedade. **Artigo 26.** Nos casos de abertura de capital da Sociedade, esta se obriga a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os seguintes níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos neste estatuto social **Artigo 27.** Em tudo o que for omissso o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais pertinentes.



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/11/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Ventos de Santo Ubaldo Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 41.486.632/0001-94 - NIRE 3530061253-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de julho de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 16 de julho de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Ventos de Santo Ubaldo Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 24º andar, conjunto 2401C, parte 2, na Vila Olímpia, CEP 04551-060. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a única acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Alejandro Norberto Catalan Dupuy; Secretário: Tomás Eduardo Dominguez Hoffmann. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o aumento de capital da Companhia mediante a emissão de novas ações; e (ii) a alteração do caput do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social, com a respectiva consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após a discussão da matéria objeto da ordem do dia, a única acionista da Companhia aprovou, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia de R\$ 201.325.801,00 (duzentos e um milhões, trezentos e vinte e cinco mil, oitocentos e um reais), para R\$ 213.463.411,00, (duzentos e treze milhões, quatrocentos e sessenta e três mil e quatrocentos e onze reais), representando, portanto, um aumento no montante de R\$ 12.137.610,00 (doze milhões, centos e trinta e sete mil e seiscentos e dez reais), mediante a emissão de 12.137.610 (doze milhões, cento e trinta e sete mil e seiscentas e dez) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado com base nos incisos I, § 1º do Art. 170, da Lei das S.A. que terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente existentes e são subscritas e integralizadas neste ato pela acionista única da Companhia, nos termos do boletim de subscrição constante do **Anexo I** a presente ata, em moeda corrente nacional, mediante conversão dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela única acionista da Companhia, conforme devidamente registrados na contabilidade da Companhia e conforme abaixo apresentado: a. Total de 12.137.610,00 (doze milhões, cento e trinta e sete mil e seiscentos e dez) novas ações mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital transferidos pela sócia acionista da Companhia em 01 de março de 2024. (ii) Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a alteração do caput do Artigo 4º da Companhia para refletir o aumento de capital social aprovado no item (i) acima, de maneira que o referido dispositivo passe a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 4º. O capital social da Sociedade é de R\$ 213.463.411,00, (duzentos e treze milhões, quatrocentos e sessenta e três mil e quatrocentos e onze reais), dividido em 213.463.411 (duzentas e treze milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, quatrocentas e onze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."** Em virtude da deliberação acima, a única acionista aprovou a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do **Anexo II** a presente ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário para lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos que, lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes eletronicamente, nos termos da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e do Artigo 36 da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020. **Mesa:** Presidente - Alejandro Norberto Catalan Dupuy; e Secretário - Tomás Eduardo Dominguez Hoffmann; **Acionista:** Novo Horizonte Holding II Ltda. (p.p. Alejandro Norberto Catalan Dupuy). São Paulo, 16 de julho de 2024. JUCESP nº 285.126/24-6 em 25/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Nome e Duração.** Artigo 1º. **Ventos de Santo Ubaldo Energias Renováveis S.A.** ("Sociedade") é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, subsidiária integral, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais brasileiras aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404 de 15.12.76 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"). **Sede Social.** Artigo 2º. A Sociedade tem sua sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 24º andar, conjunto 2401C, parte 2, na Vila Olímpia, CEP 04551-060, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, agências, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Objeto Social.** Artigo 3º. A Sociedade tem por objeto social a geração e comercialização de energia, a partir da Central Geradora Eólica Ventos de Santa Luzia 06, localizada no estado da Bahia, cadastrada no regime de Produção Independente de Energia Elétrica sob o Código Único de Empreendimentos de Geração—CEG nº EOL.CV.BA.049419.01; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de tal Central Geradora. **Capital Social e Ações.** Artigo 4º. O capital social da Sociedade é de R\$ 213.463.411,00, (duzentos e treze milhões, quatrocentos e sessenta e três mil e quatrocentos e onze reais), dividido em 213.463.411 (duzentas e treze milhões, quatrocentas e sessenta e três mil, quatrocentas e onze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** A Sociedade não poderá emitir partes beneficiárias. **Artigo 5º.** A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 6º.** A propriedade das ações será comprovada pelo registro das ações no Livro de Registro de Ações Nominativas. Nenhuma transferência de ações será feita sem a devida assinatura do respectivo termo no "Livro de Transferência de Ações". **Assembleia Geral de Acionistas.** Artigo 7º. As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, no 4º (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. **Artigo 8º.** As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais de Acionistas, ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas pelos Diretores e presididas pelo Acionista indicado entre os presentes que, por sua vez, deverá indicar o Secretário. **Administração da Sociedade.** Artigo 10º. A Sociedade será administrada por uma Diretoria, com mandato de 3 (três) anos, que terá as atribuições conferidas por lei e por este Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de prestar caução para o exercício de suas funções. **Parágrafo Único.** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Diretoria.** Artigo 11. A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designações específicas. **Parágrafo Único.** Findo os seus mandatos, poderão ser nomeados novos Diretores por meio de deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 12.** A remuneração global ou individual da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo a esta deliberar sobre sua distribuição a seus membros. **Artigo 13.** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 14.** As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes. **Parágrafo Primeiro.** No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio e carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Segundo.** Ocorrendo vaga na Diretoria, a referida substituição será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da vacância. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo em caso de licença concedida pela própria Diretoria. **Parágrafo Quarto.** As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. **Parágrafo Quinto.** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma §1º deste Artigo, deverão igualmente constar no livro de "Atas das Reuniões de Diretoria" da Sociedade, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, em qualquer caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao referido livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 15.** As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria dos votos dos presentes em cada reunião, ou dos que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 14, § 1º deste Estatuto Social. **Artigo 16.** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo deliberar sobre a prática de todos os atos e operações relacionados com o objeto social da Sociedade que não forem de competência privativa da Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro.** Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de exigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Sociedade, as funções de : a) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (c) elaborar e recomendar o plano estratégico da Diretoria; (d) zelar pela devida observância dos padrões legais; (e) manter os membros acionistas informados sobre as atividades da Sociedade e o andamento de suas operações; (f) representar a Sociedade nos termos do Artigo 17 deste Estatuto Social; **Parágrafo Segundo.** Compete ao Diretor Vice-Presidente: (a) coadjuvar o Diretor Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos temporários; (b) coordenar e supervisionar as atividades administrativas e econômico-financeiras da Sociedade; (c) participar da elaboração e acompanhar a execução dos planos estratégicos e de negócios; (d) representar a Sociedade, nos termos do Artigo 17 deste Estatuto Social; **Parágrafo Terceiro.** Compete aos demais Diretores: (a) coadjuvar o Diretor Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos temporários; (b) a administração da organização interna e seus controles; (c) a gestão financeira das disponibilidades, créditos e obrigações da Sociedade; (d) a gestão estratégica de materiais e patrimônios; e e) a seleção e o treinamento de pessoal. **Parágrafo Quarto.** Na ausência ou impedimento temporário de um Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente por outro Diretor. **Artigo 17.** A Sociedade será devidamente representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, incluindo a administração, a orientação e a direção dos negócios sociais, a compra, a venda, a troca ou a alienação, por qualquer forma, de bens móveis da Sociedade e a assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importarem em responsabilidades ou obrigações para a Sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívida, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros será realizada: (a) Por dois diretores em conjunto; (b) Por um Diretor em conjunto com 1 (um) procurador; (c) 02 (dois) procuradores constituídos nos termos do parágrafo único abaixo. **Parágrafo Único.** As procurações serão outorgadas em nome da Sociedade por 02 (dois) diretores em conjunto, devendo o instrumento de procuração especificar os poderes por meio dele conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 03 (três) anos. **Conselho Fiscal.** Artigo 18. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 19.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3(três) e no máximo 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. **Parágrafo Único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Exercício Social e Lucros.** Artigo 20. O exercício social terá início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados. **Parágrafo Primeiro.** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Segundo.** Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Terceiro.** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. **Parágrafo Quarto.** A Sociedade poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Parágrafo Quinto.** Observadas disposições legais pertinentes, a Sociedade poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Liquidação.** Artigo 21. A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Normas Gerais e Arbitragem.** Artigo 22. No caso de dissidência de acionistas das deliberações tomadas na assembleia geral, nos termos legalmente previstos, o valor de reembolso das ações será determinado com base no valor do patrimônio líquido contábil constante do último balanço aprovado. **Parágrafo Único.** Caso o valor econômico da Sociedade seja considerado inferior ao valor patrimonial contábil o valor do reembolso será determinado em laudo de avaliação elaborado por três peritos ou empresa especializada, que satisfaça os requisitos do §1º do Artigo 8º, da Lei das Sociedades por Ações, com as responsabilidades previstas no §6º do mesmo Artigo. **Artigo 23.** A Sociedade realizará auditoria anual de suas demonstrações financeiras, por meio de auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **Artigo 24.** A Sociedade, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda das disposições deste Estatuto Social e da legislação aplicável, que deverá conduzida em conformidade com o Regulamento da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP. **Disposições Finais.** Artigo 25. A Sociedade deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada. **Parágrafo Único.** - A Sociedade disponibilizará aos seus acionistas os contratos firmados com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisições de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Sociedade. **Artigo 26.** Nos casos de abertura de capital da Sociedade, esta se obriga a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os seguintes níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos neste estatuto social **Artigo 27.** Em tudo o que for omissso o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais pertinentes.

Cobasi Investimentos S.A.

(em constituição)

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações Realizada em 30 de setembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 30/09/2024, às 16 horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, via plataforma eletrônica Microsoft Teams. **2. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Paulo Urbano Nassar, e secretariados pelo Sr. João Urbano Nassar. **3. Convocação, Publicações e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação devido à presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, de acordo com o disposto no artigo 124, Parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."). **4. Ordem do Dia:** O Presidente declarou instalada a assembleia e informou que sua finalidade seria deliberar sobre: (i) a constituição de uma sociedade por ações, sob a denominação social de **Cobasi Investimentos S.A.** ("Companhia"); (ii) o projeto de Estatuto Social da Companhia em organização, na forma do **Anexo I** a este ato ("**Estatuto Social**"); (iii) a eleição dos diretores da Companhia e definição de sua remuneração global; e (iv) demais assuntos pertinentes à constituição da Companhia. **5. Deliberações Tomadas:** Após terem sido discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas fundadores, sem reservas, ressalvas ou restrições, deliberaram o quanto segue: (i) a constituição da Companhia, nos termos do artigo 80 da Lei das S.A., com a total subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, do capital social inicial da Companhia, no valor total de R\$ 1.000,00 reais, dividido em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, nos termos do Estatuto Social, o que foi feito nos termos do Boletim de Subscrição devidamente assinado pelos acionistas fundadores e que constitui o **Anexo II** a este ato, sendo acompanhado de comprovante de depósito da importância recebida dos subscritores em moeda corrente nacional, a título de integralização do valor total do capital social, que integra esta ata como **Anexo III**; (ii) em seguida, foi lido e aprovado o Estatuto Social da Companhia que passa a integrar a presente ata como **Anexo I**; Tendo em vista que todos os requisitos preliminares exigidos nos termos do artigo 80 da Lei das S.A. foram devidamente cumpridos, e que foram observadas as demais formalidades legais, declarou-se constituída a Companhia; (iii) nos termos do Estatuto Social, os acionistas deliberaram sobre a composição da Diretoria da Companhia e elegeram, com mandato de 3 anos contados desta data até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2027, permitida a reeleição: a. Sr. **João Urbano Nassar**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 114.422.648-10, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.128.685-7 SSP/SP, com endereço profissional na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Professora Helena Moura Lacerda, nº 140, Vila Hamburguesa, CEP 05319-015, eleito para o cargo de Diretor Presidente; b. Sr. **Paulo Urbano Nassar**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 114.422.758-55, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.576.507-9 SSP/SP, com endereço profissional na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Professora Helena Moura Lacerda, nº 140, Vila Hamburguesa, CEP 05319-015, eleito para o cargo de Diretor sem Designação Específica; e c. Sr. **Ricardo Urbano Nassar**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 13.576.486-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 151.451.958-50, com endereço profissional na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Professora Helena Moura Lacerda, nº 140, Vila Hamburguesa, CEP 05319-015, eleito para o cargo de Diretor sem Designação Específica. Os Diretores ora eleitos são investidos nos respectivos cargos neste ato, mediante a assinatura dos termos de posse que compõem o **Anexo IV** a este ato. Os acionistas aprovaram que o valor da remuneração anual global da administração da Companhia será definido na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia, nos termos do artigo 152 da Lei das S.A. (iv) dando prosseguimento aos trabalhos, os acionistas deliberaram pela não instalação do Conselho Fiscal, conforme facultado pelo artigo 161 da Lei das S.A. O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei; (v) os acionistas deliberaram que as publicações legais a serem realizadas pela Companhia serão feitas de forma resumida no jornal "Data Mercantil", ou em outro veículo do mesmo porte/circulação, com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet, nos termos do artigo 289 da Lei das S.A; e (vi) o Presidente, por fim, esclareceu que os diretores ora eleitos receberam dos acionistas fundadores todos os documentos, livros e papéis relativos à constituição da Companhia ou a esta pertencentes, tendo ficado incumbidos de ultimar as formalidades remanescentes para registro da constituição da Companhia perante os órgãos competentes, bem como de praticar todos os demais atos necessários e/ou convenientes à implementação das deliberações tomadas acima. **6. Encerramento, Lavratura da Ata e Mesa:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após a reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. Mesa: Paulo Urbano Nassar – Presidente; e João Urbano Nassar – Secretário. Mesa: Paulo Urbano Nassar, Presidente; João Urbano Nassar, Secretário. **Acionistas Subscritores:** Cobasi Comércio de Produtos Básicos e Industrializados S.A., João Urbano Nassar, Paulo Urbano Nassar. **Teffra Participações S.A.,** Ricardo Urbano Nassar, Paulo Urbano Nassar. **Advogado Responsável:** Andreia Correia Dantas de Freitas, OAB/SP nº 434866. JUCESP/NIRE nº 3530065019-1 em 01/11/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício. **Estatuto Social. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração.** Artigo 1º. **Cobasi Investimentos S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professora Helena Moura Lacerda, 140, 1º andar, sala 03, CEP 05319-015, onde funcionará seu escritório administrativo, podendo, por deliberação da Diretoria, respeitadas as prescrições e normas legais, criar filiais, escritórios ou representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (i) administração de bens próprios e de terceiros, excetuando-se aqueles que dependam de autorização governamental ou registro em órgãos de classe e correlatos; e (ii) a participação em outras sociedades, sejam simples ou empresárias, como sócia ou acionista, ou em consórcios. **Artigo 4º.** A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e Ações.** Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** Cada acionista, seja detentor de ações ordinárias ou preferenciais, terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo III - Das Assembleias Gerais.** Artigo 6º. A assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 meses seguintes ao término do exercício social e extraordinariamente nos casos legais, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações. **Artigo 7º.** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria sendo os anúncios publicados, na forma da lei, deles constando a ordem do dia, o local, a data e horário da reunião e, no caso de reforma do estatuto, a indicação das matérias a serem alteradas. **Artigo 8º.** Poderão tomar parte na Assembleia Geral os titulares de ações da Companhia ou seus representantes legais, mediante prova de sua identidade e condição. **Artigo 9º.** Antes de se instalar a Assembleia Geral, os acionistas se identificarão e assinarão o "Livro de Presenças", indicando o seu nome e a quantidade de ações que representarem. **Artigo 10º.** A assembleia geral será instalada pelo Diretor Presidente da Companhia, ou, no seu impedimento, por outro membro da administração, devendo os acionistas presentes escolherem, por maioria de votos, o Presidente e o Secretário da Mesa que dirigirá os trabalhos. **Capítulo IV - Administração da Sociedade.** Artigo 11. A Companhia será administrada por uma Diretoria. **Seção I - Diretoria.** Artigo 12. A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 membros, sendo um deles o Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, eleitos na forma da lei, do presente estatuto e de acordo com o estipulado em acordo de acionistas. **Parágrafo Primeiro.** Os Diretores, nas suas respectivas áreas de atuação, praticarão isoladamente todos os atos de administração ordinária necessários ao regular funcionamento da Companhia, dentro dos limites fixados pela lei e por este Estatuto. **Parágrafo Segundo.** O prazo de gestão de cada Diretor será de 3 anos, permitida a recondução. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores serão investidos nos cargos por meio da assinatura do termo de pose no cargo "Livro de Atas das Reuniões da Diretoria". **Parágrafo Quarto.** Em caso de impedimento temporário ou definitivo de qualquer Diretor, cabe à Assembleia Geral designar-lhe um substituto, que assumirá as atribuições do Diretor impedido, até que cesse o impedimento, se temporário, ou até o término do seu mandato, se definitivo. **Artigo 13.** A representação ativa e passiva da Companhia, em quaisquer atos ou contratos que envolvam sua responsabilidade ou lhe criem obrigações, é privativa da Diretoria e de mandatários por ela constituídos, podendo os diretores assinarem isoladamente. **Artigo 14.** A Diretoria, dentro de seus limites de poderes e atribuições, poderá constituir procuradores com poderes específicos para representar a Companhia, por meio de instrumentos de mandato, que serão sempre assinados por pelo menos 1 Diretor. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia também será representada por 1 procurador com poderes específicos, praticando os atos e operações especificados nos respectivos instrumentos, que sempre particularizarão os poderes e o prazo de duração do mandato, dentro dos limites de poderes e atribuições da Diretoria. **Parágrafo Segundo.** Os mandatos judiciais também serão outorgados por pelo menos 1 Diretor, podendo ter prazo indeterminado, e com indicação específica da providência judicial a que se destinam, com a possibilidade de subestabelecimento. **Seção II – Remuneração.** Artigo 15. A remuneração dos Administradores será fixada pela Assembleia Geral. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal.** Artigo 16. O Conselho Fiscal é um órgão não permanente e será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionista, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 17.** Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal compor-se-á de 3 a 5 membros, eleitos pela Assembleia Geral na forma da legislação aplicável. **Artigo 18.** O Conselho Fiscal terá os poderes e as funções que lhe confere a Lei das Sociedades Anônimas. **Capítulo VI - Do Exercício Social.** Artigo 19. O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas em lei, observando-se, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras: I- do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda e contribuição social; II- sobre o lucro remanescente, será calculada a importância que for atribuída à participação dos Administradores, observadas as limitações legais; e III- do lucro líquido do exercício destinar-se-ão: a) 5% para a constituição da reserva legal, até que ele atinja 20% do capital social; b) 25% para pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, calculado na forma da Lei. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou mesmo a retenção de todo o lucro, na forma do art. 202, §3º, Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Segundo.** Não será obrigatório o pagamento de dividendo nos exercícios que a Diretoria informar à Assembleia Geral ser seu pagamento incompatível com a situação financeira da Companhia, na forma do art. 202, §4º, Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Terceiro.** A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais e distribuir dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços. **Parágrafo Quarto.** A Diretoria poderá também, por deliberação conjunta, declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de semestral previsto no parágrafo anterior, será sempre considerado como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 20.** O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social, sendo que o dividendo não recebido preservará no prazo da Lei. **Parágrafo Único.** Os acionistas poderão anualmente, na assembleia geral ordinária, destinar parte do lucro líquido para a reserva estatutária da Companhia, com a finalidade de custear investimentos para crescimento e expansão, bem como financiar o capital de giro da Companhia, cujo limite máximo total não excederá 100% do capital social. **Capítulo VII - Transformação, Recuperação Judicial, Falência, Dissolução, Liquidação e Extinção.** Artigo 21. A sociedade poderá ser transformada em outro tipo societário, independentemente de dissolução e liquidação mediante deliberação em Assembleia Geral por deliberação dos acionistas representando a maioria das ações com direito a voto. **Artigo 22.** Os Administradores poderão confessar falência e pedir a recuperação judicial da Companhia desde que devidamente autorizados pela Assembleia Geral mediante deliberação dos acionistas que representem 3/4 das ações com direito a voto. **Artigo 23.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção por deliberação de acionistas que representem 3/4 das ações com direito a voto, bem como nos casos previstos em Lei. **Parágrafo Único.** Assembleia Geral, pelo quórum acima indicado, nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação, elegendo o Conselho Fiscal que deve funcionar durante o período de liquidação. **Capítulo VIII - Disposições Gerais.** Artigo 24. A Companhia e seus administradores observarão o acordo de acionistas eventualmente arquivados na sede da Companhia, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos, e ao Presidente da Assembleia Geral agir na forma art. 118, §§ 82 e 92, da Lei de Sociedades por Ações. **Artigo 25.** Quaisquer disputas entre os acionistas serão decididas por um tribunal arbitral formado por 3 árbitros, a serem escolhidos de acordo com o Regulamento da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Ciesp/Fiesp, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1313, 12º andar, à qual caberá a condução do processo arbitral, de acordo com referido Regulamento, sendo vedado o acesso ao julgamento por equidade, sendo certo que não poderão os Acionistas, que restarem vencidos pela sentença arbitral, intentar recurso ao Poder Judiciário; e que a validade e eficácia da sentença arbitral não dependerão de homologação do Poder Judiciário. A arbitragem deverá ser realizada na Capital do Estado de São Paulo, em língua portuguesa, devendo ser aplicada a solução do conflito a legislação brasileira vigente.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/11/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Rover Participações S.A.

(Em constituição)

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

1. Data, Hora e Local: Ao dia 07/10/2024, às 16:00 horas, realizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Pátria, nº 2468, conjunto 147, Santana, CEP: 02.402-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia nos termos do disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."). **3. Mesa:** Presidente: Nasser Mohamad Majzoub. Secretário: Mohamad Youssef Majzoub. **4. Acionistas:** (i) Nasser Mohamad Majzoub, brasileiro, solteiro, empresário, portador da célula de Identidade RG 48.703.920-8, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 388.015.998-03, com endereço na Avenida Paulista, nº 2239, apto 41, Bela Vista, CEP: 01.311-300, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01311-300. (ii) Mohamad Youssef Majzoub, brasileiro, solteiro, empresário, portador da célula de Identidade RG 18.499.606-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 119.611.778-03, com endereço na Rua Marcos Fernandes, nº 185, apto 11, Saúde, CEP: 04.149-120, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme se verifica pelas assinaturas no livro de presença, conferido este com o Boletim de Subscrição. Iniciados os trabalhos, assumi a presidência por aclamação dos presentes o Sr. Nasser Mohamad Majzoub, que convidou a mim, Mohamad Youssef Majzoub, para secretariar a Assembleia de Constituição da Sociedade Anônima denominada Rover Participações S.A. **5. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: (i) a constituição de uma companhia de capital fechado, leitura, discussão e aprovação do Estatuto; (ii) subscrição e forma de integralização das ações; (iii) eleição da Diretoria e respectiva remuneração; (iv) eleição do Conselho Fiscal. Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente comunicou que o projeto do Estatuto Social, já do conhecimento de todos e cujo teor segue em apenso devidamente assinado, fazendo parte integrante e inseparável desta Ata, constituindo os dois instrumentos num todo, único e indivisível documento. **6. Deliberações:** Após a leitura do Estatuto Social que foi aprovado por unanimidade pelos acionistas e foi declarada definitivamente constituída a Sociedade Rover Participações S.A., com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 2468, conjunto 147, Santana, CEP: 02.402-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a qual iniciará suas atividades logo após o cumprimento de todas as formalidades legais para este tipo societário, cujo objeto social é *Holdings de instituições não financeiras; Aluguel de imóveis próprios e Compra e venda de imóveis próprios*. **7. Subscrição e Forma de Integralização das Ações:** Serão devidas na forma de 999 (novecentas e noventa e nove) ações ordinárias nominativas para o Sr. Nasser Mohamad Majzoub, de valor nominal de R\$ 1,00 cada e 1 (uma) ação ordinária nominativa para a Sr. Mohamad Youssef Majzoub, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 1.000,00, sendo 100 (cem) ações subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional pelos acionistas neste ato correspondente a 10% do capital. O restante do capital será integralizado em até 90 (noventa) dias após o registro na Junta Comercial, conforme os Boletins de Subscrição (anexos) aprovados pelos acionistas. **8. Eleição da Diretoria e Remuneração:** Por unanimidade foram eleitos, para o período de 03 (três) anos, para compor a Diretoria da Companhia: Nasser Mohamad Majzoub, como Diretor Presidente e Mohamad Youssef Majzoub, como Diretor Vice-Presidente, os quais aceitaram os cargos, conforme os termos de posse, tendo sido destinada para a remuneração global anual da Diretoria a importância de até R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) a ser distribuído entre eles em reunião da diretoria. **9. Conselho Fiscal:** Por não ser de funcionamento permanente, nem ter havido solicitação dos acionistas, não foi constituído o Conselho Fiscal, uma vez que a lei e o estatuto, assim o permitem. **10. Declaração de Desimpedimento da Diretoria:** Os Diretores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a Administração da sociedade, por Lei especial ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. **11. Termo de Posse da Diretoria:** Os diretores ora eleitos são empossados neste ato e declaram, para os fins de direito, estarem de acordo com sua nomeação, tomando posse imediata de seus cargos mediante assinatura do respectivo termo lavrado no Livro de Registro de Atas. Declaram ainda, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a Administração da sociedade, por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. **12. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o presidente da Assembleia Geral de constituição declarou constituída a presente Companhia, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia e por todos os presentes assinadas e rubricadas. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 07/10/2024. Nasser Mohamad Majzoub, Presidente e Diretor Presidente; Mohamad Youssef Majzoub, Secretário e Diretor Vice-Presidente. JUCESP/NIRE nº 3530065004-2 em 30/10/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício. **Estatuto Social. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto. Artigo 1º** - A Sociedade girará sob o nome empresarial **Rover Participações S.A.**, uma sociedade anônima que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. **Artigo 2º** - A sociedade terá por objeto a atuação de (i) Holdings de instituições não financeiras; (ii) Aluguel de Imóveis Próprios; e (iii) Compra e venda de imóveis próprios. **Artigo 3º** - A Companhia tem sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Pátria, nº 2468, Conjunto 147, Santana, CEP: 02.402-000, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º** - A Companhia iniciou suas atividades em 07/10/2024, e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social e Ações. Artigo 5º** - O Capital Social da Companhia é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada. **Parágrafo 1º** - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da lei 6.404/76. **Parágrafo 2º** - A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. **Parágrafo 3º** - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetuada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **Parágrafo 4º** - Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **Parágrafo 5º** - A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. **Parágrafo 6º** - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. **Artigo 6º** - Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelares. **Parágrafo Único** - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. **Artigo 7º** - O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. **Capítulo III. Da Administração. Artigo 8º** - A companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 02 (dois) Diretores, sendo um Diretor-Presidente e um Diretor Vice-Presidente, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. **Parágrafo 1º** - Compete isoladamente ao Diretor-Presidente, Sr. **Nasser Mohamad Majzoub**, já qualificado acima, assinar documentos, cheques, endossar e aceitar títulos, prestar avais exclusivamente em razão dos interesses da empresa, firmar recibos, receber e dar quitação, firmando, ainda, todo e qualquer outro documento necessário à consecução dos objetivos sociais da empresa, inclusive admissão e demissão de funcionários. **Parágrafo 2º** - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. **Parágrafo 3º** - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. **Parágrafo 4º** - Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído. **Parágrafo 5º** - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. **Parágrafo 6º** - Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada. **Parágrafo 7º** - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Artigo 9º** - A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. **Parágrafo 1º** - Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. **Parágrafo 2º** - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor-Presidente, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. **Parágrafo 3º** - A Diretoria somente se reunirá com a presença de no mínimo 02 (dois) Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. **Parágrafo 4º** - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. **Parágrafo 5º** - As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. **Artigo 10º** - Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. **Artigo 11º** - A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor-Presidente, isoladamente. **Parágrafo 1º** - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor-Presidente, isoladamente, devendo especificar os poderes concedidos e ter prazo certo de duração, limitado há 01 (um) ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. **Parágrafo 2º** - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o Caput deste artigo mediante a assinatura isolada do Diretor Vice-Presidente ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa do Diretor-Presidente. **Capítulo IV. Assembleia Geral. Artigo 12º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. **Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer dos 02 (dois) Diretores e será presidida pelo Diretor-Presidente, que designará um ou mais secretários. **Parágrafo 2º** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **Parágrafo 3º** - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º de artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato serem depositados, na sede social, com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 13º** - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. **Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo 2º** - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI. Exercício Social e Lucros. Artigo 14º** - O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. **Artigo 15º** - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo 1º** - Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. **Parágrafo 2º** - O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. **Artigo 16º** - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 03 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 17º** - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. **Parágrafo 1º** - Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o §1º do artigo 15. **Parágrafo 2º** - Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. **Parágrafo 3º** - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII. Liquidação. Artigo 18º** - A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. **Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. **Parágrafo 2º** - A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio.

Wives Participações S.A.

(Em Organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima realizada em 23/07/2024

Hora, data, local e presença: Aos 23 dias do mês de julho de 2024, às 08:00 horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 1748, cj. 1710, Cidade Monções, CEP 04571-000, reuniram-se em primeira convocação os fundadores da **Wives Participações S.A.** ("Companhia"), subscritores da totalidade das ações emitidas pela Companhia nesta data. **Mesa:** Por indicação dos presentes, foi escolhido Lauanda Kathleen Cardoso Gomes para presidir os trabalhos, que convidou Tayná Gomes da Silva para secretariá-la. **Ordem do dia:** (i) Constituição da Companhia; (ii) Fixação do capital social da Companhia; (iii) Aprovação do Estatuto Social da Companhia; (iv) Eleição dos membros da Diretoria; **Deliberações:** (i) Constituída a mesa, o Sr. Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social da **Wives Participações S.A.**, já de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido a todos os presentes, o qual integra a presente ata na forma de **Anexo I**; (ii) De acordo com o Boletim de Subscrição, o qual integra a presente ata na forma de **Anexo II**, o capital social de R\$ 1.000,00, será dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas, da mesma classe e sem valor nominal; (iii) Esclareceu o Sr. Presidente que o valor correspondente a 10% do capital social subscrito já se encontrava integralizado pelos subscritores, na forma da lei e em moeda corrente nacional. Esclareceu, ainda, conforme art. 81 da Lei Federal nº. 6.404/76, que o depósito referido no inciso III do art. 80 da Lei Federal nº. 6.404/76 será realizado no prazo de 5 dias contados da presente data; (iv) Terminada a leitura do projeto do Estatuto Social, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas ou oposições, esclarecendo o Sr. Presidente, por consequência, que tendo sido completadas todas as formalidades legais estava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de **Wives Participações S.A.**; (v) A seguir, por unanimidade dos presentes, elegeram o Diretor da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia **Lauanda Kathleen Cardoso Gomes**, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) n.º 08676403901, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 395.924.948-94, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 1748, cj. 1710, Cidade Monções, CEP 04571000, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia; O membro da Diretoria ora eleito assina neste ato o respectivo Termo de Posse, que integra a presente ata na forma do **Anexo III**, e que sera lavrado no correspondente Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia no prazo de 30 dias seguintes contados da realização da presente Assembleia, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do Artigo 149 da Lei nº 6.404/76. Ficou estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede social da Companhia. **Declarações:** O Diretor eleito declara, para os devidos fins, nos termos do disposto no art. 147, § 1º da Lei Federal nº. 6.404/76, que não estão incursos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividade mercantil, conforme declarações expressas constantes nos Termos de Posse de Diretoria que integram a presente ata na forma de Anexo III. **Encerramento:** Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém se manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da Ata em livro próprio, nos termos do Artigo 130 da Lei Federal nº 6.404/76, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, a saber: **Acionistas Presentes:** Identificados na página nº 2 do Livro de Presença de Acionistas. **Membro da Diretoria Eleito Presente:** Lauanda Kathleen Cardoso Gomes. A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. **Mesa:** Lauanda Kathleen Cardoso Gomes (Presidente); Tayná Gomes da Silva, (Secretária). **Visto do advogado:** Pablo Nunes Pal Singh Nain, OAB/SP 372.320. JUCESP/NIRE nº 3530064549-9 em 26/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral

Kendari Participações S.A.

(Em Organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima realizada em 02/10/2024

Hora, data, local e presença: Ao 02 (segundo) dia do mês de outubro de 2024, às 08:00 (oito) horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1748, cj. 1710, Cidade Monções, CEP 04571-000, reuniram-se em primeira convocação os fundadores da **Kendari Participações S.A.** ("Companhia"), subscritores da totalidade das ações emitidas pela Companhia nesta data. **Mesa:** Por indicação dos presentes, foi escolhida Nicole Ramos de Almeida para presidir os trabalhos. **Ordem do dia:** (i) Constituição da Companhia; (ii) Fixação do capital social da Companhia; (iii) Aprovação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) Eleição dos membros da Diretoria; **Deliberações:** (i) Constituída a mesa, o Sr. Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social da **Kendari Participações S.A.**, já de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido a todos os presentes, o qual integra a presente ata na forma de **Anexo I**; (ii) De acordo com o Boletim de Subscrição, o qual integra a presente ata na forma de **Anexo II**, o capital social de R\$ 1.000,00 (mil reais), será dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, da mesma classe e sem valor nominal; (iii) Esclareceu o Sr. Presidente que o valor correspondente a 10% (dez por cento) do capital social subscrito já se encontrava integralizado pelos subscritores, na forma da lei e em moeda corrente nacional. Esclareceu, ainda, conforme art. 81 da Lei Federal nº. 6.404/76, que o depósito referido no inciso III do art. 80 da Lei Federal nº. 6.404/76 será realizado no prazo de 5 (cinco) dias contados da presente data; (iv) Terminada a leitura do projeto do Estatuto Social, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas ou oposições, esclarecendo o Sr. Presidente, por consequência, que tendo sido completadas todas as formalidades legais estava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de **Kendari Participações S.A.**; (v) A seguir, por unanimidade dos presentes, elegeram o Diretor da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia **Nicolle Ramos de Almeida**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG sob o n.º 39.498.919-3 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 374.911.538-95, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1748, cj. 1710, Cidade Monções, CEP 04571-000, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia; O membro da Diretoria ora eleito assina neste ato o respectivo Termos de Posse, que integram a presente ata na forma do **Anexo III**, e que serão lavrados no correspondente Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia no prazo de 30 (trinta) dias seguintes contados da realização da presente Assembleia, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do Artigo 149 da Lei nº 6.404/76. Ficou estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede social da Companhia. **Declarações:** O Diretor eleito declara, para os devidos fins, nos termos do disposto no art. 147, § 1º da Lei Federal nº. 6.404/76, que não estão incursos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividade mercantil, conforme declarações expressas constantes nos Termos de Posse de Diretoria que integram a presente ata na forma de Anexo III. **Encerramento:** Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém se manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da Ata em livro próprio, nos termos do Artigo 130 da Lei Federal nº 6.404/76, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, a saber: **Acionistas Presentes:** Identificados na página nº 2 do Livro de Presença de Acionistas. **Membro da Diretoria Eleito Presente:** Nicolle Ramos de Almeida. A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. **Mesa:** Nicolle Ramos de Almeida (Presidente). **Visto do advogado:** Filipe Peixoto Pinheiro Barros, OAB/PB 24.041. JUCESP/NIRE nº 3530064955-9 em 22/10/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Holbeck Participações S.A.

(Em Organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima Realizada em 02/10/2024

Hora, data, local e presença: Aos 02 (dois) dias do mês de outubro de 2024, às 08:00 (oito) horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 1748, cj. 1710, Cidade Monções, CEP 04571000, reuniram-se em primeira convocação os fundadores da **Holbeck Participações S.A.** ("Companhia"), subscritores da totalidade das ações emitidas pela Companhia nesta data. **Mesa:** Por indicação dos presentes, foi escolhida Lauanda Kathleen Cardoso Gomes para presidir os trabalhos. **Ordem do dia:** (i) Constituição da Companhia; (ii) Fixação do capital social da Companhia; (iii) Aprovação do Estatuto Social da Companhia; (iv) Eleição dos membros da Diretoria; **Deliberações:** (i) Constituída a mesa, o Sr. Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social da **Holbeck Participações S.A.**, já de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido a todos os presentes, o qual integra a presente ata na forma de **Anexo I**; (ii) De acordo com o Boletim de Subscrição, o qual integra a presente ata na forma de **Anexo II**, o capital social de R\$ 1.000,00 (mil reais), será dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, da mesma classe e sem valor nominal; (iii) Esclareceu o Sr. Presidente que o valor correspondente a 10% (dez por cento) do capital social subscrito já se encontrava integralizado pelos subscritores, na forma da lei e em moeda corrente nacional. Esclareceu, ainda, conforme art. 81 da Lei Federal nº. 6.404/76, que o depósito referido no inciso III do art. 80 da Lei Federal nº. 6.404/76 será realizado no prazo de 5 (cinco) dias contados da presente data; (iv) Terminada a leitura do projeto do Estatuto Social, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas ou oposições, esclarecendo o Sr. Presidente, por consequência, que tendo sido completadas todas as formalidades legais estava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de **Holbeck Participações S.A.**; (v) A seguir, por unanimidade dos presentes, elegeram o Diretor da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia **Lauanda Kathleen Cardoso Gomes**, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) n.º 08676403901, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 395.924.948-94, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 1748, cj. 1710, Cidade Monções, CEP 04571-000, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia; O membro da Diretoria ora eleito assina neste ato o respectivo Termo de Posse, que integra a presente ata na forma do **Anexo III**, e que sera lavrado no correspondente Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia no prazo de 30 (trinta) dias seguintes contados da realização da presente Assembleia, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do Artigo 149 da Lei nº 6.404/76. Ficou estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede social da Companhia. **Declarações:** O Diretor eleito declara, para os devidos fins, nos termos do disposto no art. 147, § 1º da Lei Federal nº. 6.404/76, que não estão incursos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividade mercantil, conforme declarações expressas constantes nos Termos de Posse de Diretoria que integram a presente ata na forma de Anexo III. **Encerramento:** Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém se manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da Ata em livro próprio, nos termos do Artigo 130 da Lei Federal nº 6.404/76, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, a saber: **Acionistas Presentes:** Identificados na página nº 2 do Livro de Presença de Acionistas. **Membro da Diretoria Eleito Presente:** Lauanda Kathleen Cardoso Gomes. A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. **Mesa:** Lauanda Kathleen Cardoso Gomes (Presidente). **Visto do advogado:** Pablo Nunes Pal Singh Nain, OAB/PB 372.320. JUCESP/NIRE nº 3530064911-7 em 15/10/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/11/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Concessionária da Rodovia Belo-Horizonte-Cristalina S.A.

CNPJ/MF nº 57.990.933/0001-90 - NIRE nº 35300650727

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de novembro de 2024

1. Data, Horário e Local: Realizada no dia 08 de novembro de 2024, às 10 horas, no endereço da sede da Concessionária da Rodovia Belo-Horizonte-Cristalina S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Chucuri Zaidan, nº 296, Torre Z, 13º andar, Vila Cordeiro, CEP 04583-110. **2. Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, em razão da presença da totalidade das acionistas da Companhia, representando a totalidade de seu capital social, a saber: **Vinci Highways**, sociedade validamente constituída e existente conforme as leis da França, com sua sede social em 1973 Boulevard De La Defense, 92000, Nanterre, França, no CNPJ/MF sob o nº 48.760.280/0001-62, representada neste ato na forma de seu Estatuto Social por seu bastante procurador o **Sr. Thierry Montenegro Besse**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 38.161.006-4-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 053.868.207-88, com endereço profissional na Avenida Dr. Chucuri Zaidan, nº 296, Torre Z, 13º andar, Vila Cordeiro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04583-110; e **(ii) Vinci Highways do Brasil – Participações S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Chucuri Zaidan, nº 296, Torre Z, 13º andar, Conjunto 131, Vila Cordeiro, CEP 04583-110, devidamente inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE nº 3530060099-1 e no CNPJ/MF sob o nº 47.980.122/0001-55, neste ato representado na forma de seu estatuto social por seu diretor **Sr. François Xavier Marie Gabriel Arhanchiague**, francês, casado, administrador, portador do passaporte nº X17FC0428, com data de expiração em 03.12.2027, portador do Registro Nacional Migratório (RNM) nº G415632-Z e inscrito no CPF/MF sob o nº 079.565.101-55, com endereço profissional na Avenida Dr. Chucuri Zaidan, nº 296, Torre Z, 13º andar, Conjunto 131, Vila Cordeiro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04583-110. **3. Mesa:** **Presidente:** Sr. Thierry Montenegro Besse; e **Secretário:** Sr. Sérgio Ricardo Fogolin. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a cessão de ações da Vinci Highways do Brasil – Participações S.A. para a Vinci Highways; **(ii)** a integralização da totalidade do capital social inicialmente subscrito; **(iii)** o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão e subscção de novas ações; e **(iv)** autorização à Diretoria da Companhia para a prática de todos os atos necessários para efetivar as deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária e de interesse da acionista. **5. Deliberações:** Nos termos do Estatuto Social e de forma unânime, as únicas acionistas da Companhia deliberaram o quanto segue: **5.1. Cessão** da totalidade de suas 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas com o valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando, portanto, R\$ 100,00 (cem reais) detidas pela Vinci Highways do Brasil – Participações S.A. para a Vinci Highways. As partes conferem neste ato e mutuamente a mais plena, rasa, total, irrevogável e irretirável quitação para nada mais reclamar da presente cessão de ações a qualquer tempo ou instância. **5.1.1** Com a cessão da totalidade das ações para a Vinci Highways, a mesma passa a ser a única acionista da Companhia, a qual transformase, neste ato, em subsidiária integral da Vinci Highways. **5.2. Integralização** de 900 (novecentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas com o valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando, portanto, R\$ 900,00 (novecentos reais) pela única acionista Vinci Highways. **5.2.1** A totalidade do capital social de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, passa, portanto, a ser totalmente subscrito e integralizado neste ato. **5.3. Aprovar** o aumento do capital social da Companhia passando de R\$ 1.000,00 (um mil reais), para R\$ 300.700.000,00 (trezentos milhões e setecentos mil reais), mediante a emissão de 300.699.000 (trezentos milhões, seiscentas e noventa e nove mil) novas ações ordinárias, nominativas, indivisíveis e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. **5.3.1.** A totalidade das ações emitidas pela Companhia nesta data foram subscritas neste ato pela única acionista Vinci Highways, conforme boletim de subscção anexado à presente ata (**Anexo I**), e serão integralizadas nos termos do boletim de subscção. Em decorrência da subscção das ações ora verificada, foi homologado o aumento do capital social da Companhia. **5.3.2.** Em razão das deliberações aprovadas acima, a acionista da Companhia decide alterar o Artigo 5 do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir tal aprovação, o qual passa a vigorar, a partir desta data, com a seguinte nova redação: **"Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 300.700.000,00 (trezentos milhões e setecentos mil reais), dividido em 300.700.000,00 (trezentos milhões e setecentas mil) ações, todas com direito de voto, nominativas e sem valor nominal, as quais se encontram, nesta data, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas em moeda corrente nacional."** **5.4. Aprovar** a consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir as deliberações tomadas na presente Assembleia Geral Extraordinária, de modo que o Estatuto Social passa a vigorar, a partir desta data, com a redação constante do **Anexo II** desta ata. **5.5. Autorizar** os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima e observarem todas as formalidades e requisitos complementares, incluindo, mas não limitando, os registros, anotações nos livros da Companhia e arquivamentos nos órgãos públicos competentes. **5.6.** Fica autorizado também a publicação desta ata sob forma sumária, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/1976 e, ademais, fica dispensada a publicação de todos os Anexos. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, da qual se lavrou a presente ata de forma sumária, que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. **Mesa:** Thierry Montenegro Besse - Presidente; Sérgio Ricardo Fogolin - Secretário; **Acionistas:** Vinci Highways - p.p. Thierry Montenegro Besse; e Vinci Highways do Brasil – Participações S.A. – p.p. François Xavier Marie Gabriel Arhanchiague. JUCESP nº 411.325/24-3 em 19/11/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício. **Estatuto Social. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º - Concessionária da Rodovia Belo-Horizonte-Cristalina S.A.** é uma sociedade por ações fechada, de propósito específico, regida pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e pelas demais disposições legais aplicáveis ("Companhia"). **Artigo 2º -** A Companhia tem a sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Chucuri Zaidan, nº 296, Torre Z, 13º andar, Vila Cordeiro, CEP 04583-110. **§Único -** A Companhia poderá abrir, transferir e fechar filiais, escritórios, sucursais e subsidiárias, integrais ou não, em qualquer lugar do território nacional, por deliberação do seu Conselho de Administração, observado o disposto neste Estatuto Social e nas disposições legais que lhe forem aplicáveis **Artigo 3º -** A Companhia tem por único e exclusivo objeto social explorar a concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-040/GO/MG (Rodovia BR-040/GO, trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-050/GO até a divisa com o Estado de Minas Gerais; e Rodovia BR-040/MG, trecho compreendido entre a divisa com o Estado de Goiás até o entroncamento com a BR-135/MG (Anel Rodoviário de Belo Horizonte), incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, e obras de arte especiais, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas), nos termos, no prazo e nas condições previstas no Programa de Exploração da Rodovia (PER) e no Contrato de Concessão, objeto da concorrência internacional em conformidade com o Edital de Concessão nº 2/2024, publicado pela União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestre ("Contrato de Concessão"), incluindo mediante o auferimento de Receitas Extraordinárias (conforme definido no Contrato de Concessão). **Artigo 4º -** Companhia tem prazo de duração determinável, correspondente ao necessário para o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes do Contrato de Concessão, e da apuração e liquidação dos haveres sociais que se faciam devidos devendo entrar em liquidação caso este venha a ser extinto. **Capítulo II. Capital Social. Artigo 5º -** O capital social da Companhia é de R\$ 300.700.000,00 (trezentos milhões e setecentos mil reais), dividido em 300.700.000 (trezentos milhões e setecentas mil) ações, todas com direito de voto, nominativas e sem valor nominal, as quais se encontram, nesta data, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas em moeda corrente nacional. **§1º -** Cada ação é indivisível perante a Companhia. **§2º -** É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **§3º -** Cada ação dá direito a 1 (um) voto nas deliberações dos acionistas na Assembleia Geral. **§4º -** É assegurado o direito de preferência aos acionistas, se for o caso, para subscção dos aumentos de capital da Companhia, na proporção do número de ações que possuírem, regendo-se o exercício desse direito de acordo com a legislação aplicável. **§5º -** A Companhia poderá adquirir suas próprias ações com o objetivo de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria, para posterior alienação. **Capítulo III. Assembleia Geral. Artigo 6º -** A Assembleia Geral será realizada, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia o exija, sendo permitida a ocorrência simultânea de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. **Artigo 7º -** A Assembleia Geral será convocada por meio de edital publicado com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, em segunda convocação. **§1º -** A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou por qualquer Diretor. **§2º -** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador, nos termos da lei, com poderes específicos, devendo a procuração ficar arquivada na sede da Companhia. Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto Social, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 8º -** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente. O presidente da Assembleia Geral escolherá o secretário da Assembleia Geral. **Artigo 9º -** A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas, exceto se de outra forma previsto em lei. **Artigo 10º -** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por acionistas representando 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) do capital votante da Companhia presentes ou representados na Assembleia Geral, ressalvados os casos que exijam quórum de aprovação superior na Lei das S.A. **Capítulo IV. Administração. Artigo 11º -** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, nos termos deste Estatuto Social, da Lei das S.A. e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 12º -** Os membros da Diretoria da Companhia tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo de posse, independentemente de caução. **Artigo 13º -** O prazo de gestão dos membros da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. **Seção I. Diretoria. Artigo 14º -** A Diretoria é composta por 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração por um prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a renovação, podendo ser substituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente; e 2 (dois) Diretores. **Artigo 15º -** A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Companhia, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por lei ou pelo presente Estatuto Social dependam de prévia aprovação em Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Artigo 16º -** A Companhia será representada da seguinte forma: (i) 2 (dois) Diretores em conjunto; (ii) 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador em conjunto; (iii) 2 (dois) procuradores em conjunto; ou (iv) por procurador(es), se assim a procuração específica determinar nos termos do §1º abaixo. **§1º -** A Companhia pode nomear procuradores individuais, devendo o respectivo instrumento de mandato ser assinado por 2 (dois) Diretores. Os instrumentos de mandato deverão conter poderes específicos e limitados, sem a possibilidade de subestabelecimento, e terão prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, com exceção daqueles outorgados para representação da Companhia em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que poderão ter prazo de validade indeterminado. **§2º -** A Assembleia Geral e o Conselho de Administração poderão autorizar expressamente a prática de outros atos que vinculem a Companhia por apenas 1 (um) dos membros da Diretoria ou 1 (um) procurador, se a procuração já não houver determinado, ou, ainda, pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador. **Seção II. Conselho de Administração. Artigo 17º -** O Conselho de Administração, quando implementado, será composto por no mínimo, 5 (cinco) membros, pessoas naturais, residentes ou não no País, sendo um Presidente e os demais, Conselheiros, sem designação específica. **§1º -** O prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Findo o prazo de mandato previsto neste parágrafo, os Conselheiros permanecerão em seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos. **§2º -** Os membros do Conselho de Administração serão eleitos em Assembleia Geral. **§3º -** Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse, independentemente de caução. **Artigo 18º -** No caso de ausência ou incapacidade temporária de qualquer Conselheiro, este deverá ser substituído internamente por substituto designado pelo Conselho de Administração. No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento ou incapacidade permanente de qualquer membro, ou de sua recusa em cumprir suas respectivas obrigações, o membro do Conselho de Administração deverá ser substituído por novo membro eleito na forma do §2º acima. **Artigo 19º -** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de seu Presidente, ou de qualquer Diretor. **§1º -** A convocação será efetuada mediante notificação enviada por meio de e-mail ou carta registrada, sempre com, no mínimo, 03 (três) dias antecedência da realização da reunião. As notificações deverão informar a hora, data, local e ordem do dia da reunião, anexando cópias dos documentos ou propostas a serem apreciados ou discutidos. **§2º -** A presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração a qualquer reunião supre qualquer irregularidade da convocação. **§3º -** As reuniões do Conselho de Administração serão preferencialmente realizadas na sede social e presididas por seu Presidente, ou na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração sem designação específica. **§4º -** É permitida a realização de reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica, vídeo conferência ou por meio de outra tecnologia que permita o contato simultâneo dos membros do Conselho de Administração. É permitido ainda que as deliberações sejam enviadas via e-mail. Nestes casos a ata será assinada posteriormente pelos presentes. **§5º -** As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração e não caberá voto de qualidade a qualquer dos membros do Conselho de Administração. **Seção III. Conselho Fiscal. Artigo 20º -** O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros e o mesmo número de suplentes, de acordo com os termos, condições e responsabilidades determinadas na legislação aplicável. **§Único -** O Conselho Fiscal não funcionará de forma permanente, e será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, de acordo com a Lei das S.A. e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Capítulo V. Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros. Artigo 21º -** O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro de cada ano e terminando no dia 31 de dezembro do mesmo ano. **Artigo 22º -** Ao final de cada exercício social proceder-se-á ao levantamento do balanço patrimonial e das demonstrações de resultados do exercício, lucros e prejuízos acumulados e origens de aplicação de recursos. **§Único -** A Companhia poderá levantar outros balanços extraordinários a qualquer tempo e efetuar a distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio com base nos resultados neles apurados, observando-se o disposto no § 1º do art. 204 da Lei das S.A. **Artigo 23º -** Do resultado do exercício serão inicialmente deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e demais tributos sobre o lucro, se houver. **§Único -** O lucro líquido apurado no exercício, após as deduções mencionadas neste Artigo, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, respeitado o dividendo mínimo obrigatório do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das S.A. **Capítulo VI. Liquidação. Artigo 24º -** A Companhia será dissolvida e liquidada nos casos previstos na lei aplicável. A Assembleia Geral poderá estabelecer a forma de liquidação, indicar o liquidante ou liquidantes e aprovar a sua remuneração e, mediante requerimento dos acionistas, nos termos da Lei das S.A., solicitar a instauração do Conselho Fiscal durante o período de liquidação, obedecidas as formalidades legais. **Capítulo VII. Disposições Gerais. Artigo 25º -** Quaisquer casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com a Lei das S.A. **Artigo 26º -** A Companhia, seus acionistas, seus Diretores, seus membros do Conselho de Administração, e seus membros do Conselho Fiscal devem observar as disposições e avenças de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, devendo o Presidente da Assembleia Geral e Presidente do Conselho de Administração abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do art. 118 da Lei das S.A. **Capítulo VIII. Lei Aplicável e Resolução de Conflitos. Artigo 27º -** A Companhia, seus acionistas, seus Diretores, seus membros do Conselho de Administração, e seus membro do Conselho Fiscal elegem o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir todas e quaisquer matérias, disputas ou controvérsias que possa surgir entre eles relacionadas a este Estatuto Social, renunciando a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Akaer Participações S.A.

CNPJ/MF nº 13.018.427/0001-69 - NIRE 35.300.499.239

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de novembro de 2024

1. Data, Hora e Local – Em 01 de novembro de 2024, às 09:00 horas, na sede da **Akaer Participações S.A.**, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes, 501, Platô 02, Bloco "A15, Eugênio de Mello, CEP 12247-014 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença** – Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todos os acionistas, ficando a Assembleia Geral Extraordinária regularmente instalada, sendo aberto os trabalhos. **3. Composição da Mesa** – Presidente: Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva; Secretária: Juliana Santos Araujo. **4. Ordem do Dia** – Deliberar sobre: (i) alteração do caput do artigo 5º, artigo 18, artigo 22 e artigo 23, todos do Estatuto Social da Companhia; (ii) reeleição dos atuais Membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações** – Depois de analisada e discutida a matéria constante da ordem do dia, os acionistas decidiram, por unanimidade: **5.1.** Aprovar a alteração do caput do 5º, artigo 18, artigo 22 e artigo 23, todos do Estatuto Social da Companhia, que passam a ter a seguinte redação: *Artigo 5º – O capital social da Companhia é de R\$ 1.592.941,00 (um milhão, quinhentos e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e um reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.592.941 (um milhão, quinhentos e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e um) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Artigo 18 – A Diretoria é composta por pelo menos 2 (dois) Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente e outros sem designação específica, eleitos e destituíveis de seus cargos por decisão do Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Artigo 22 – A Companhia será representada e a somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (a) isolada do Diretor Presidente; ou (b) de 2 (dois) Diretores agindo em conjunto; ou (c) de 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador; ou (d) de 2 (dois) procuradores agindo em conjunto e dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração; ou (e) de 1 (um) procurador com poderes específicos, agindo isoladamente e dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração. Artigo 23 – As procurações serão sempre outorgadas pelo Diretor Presidente e estabelecerão os poderes do procurador e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, não terão prazo superior a 1 (um) ano. 5.2.* Aprovar a reeleição dos atuais Membros do Conselho de Administração da Companhia, com prazo de mandato de 2 (dois) anos: **(i) Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva**, brasileiro, casado, engenheiro naval e civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.752.699-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 860.083.078-87, residente e domiciliado na cidade de São José dos Campos/SP, com endereço comercial na Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes, 501, Eugênio de Mello, São José dos Campos/SP, CEP: 12.247-014, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; **(ii) Carlos Augusto Del Monaco de Paula Santos e Silva**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.358.598-X SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 224.573.158-16, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes, 501, Eugênio de Mello, São José dos Campos/SP, CEP: 12.247-014, ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; **(iii) Lívia Maria Del Monaco Silva Machado**, brasileira, casada, médica, portadora da Cédula de Identidade RG nº 32.358.597-8 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 224.699.568-03, residente e domiciliado na cidade de São José dos Campos/SP, com endereço comercial na Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes, 501, Eugênio de Mello, São José dos Campos/SP, CEP: 12.247-014, ao cargo de Membro do Conselho de Administração. Declarar que os Membros do Conselho de Administração ora reeleitos possuem conhecimento das disposições do artigo 147 da Lei 6.404/76, preenchendo todos os requisitos legais para integrar Conselho de Administração da Companhia, não estando incurso em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis. Os Conselheiros ora reeleitos tomam posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse. **5.3.** Aprovar, de forma a contemplar as alterações, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar, a partir desta data de acordo com a redação constante no Anexo I da presente ata. **6. Encerramento** – Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que foi lida, aprovada e será assinada de forma eletrônica por todos os presentes, sendo que as assinaturas terão efeito retroativo à data da presente Assembleia. **7. Assinaturas** – Presidente: Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva; Secretária: Juliana Santos Araujo. Acionista Presente: Connectus Gestão e Participações Ltda. (Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva). Esta é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. São José dos Campos, 01 de novembro de 2024. Mesa: Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva – Presidente; Juliana Santos Araujo – Secretária. Acionistas: Connectus Gestão e Participações Ltda. (Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva). Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 422.138/24-1 em 12/11/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em exercício.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 – NIRE 35.300.346.238

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada às 12 horas do dia 24 de outubro de 2024, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Lins, Estado de São Paulo, na Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451, Centro, CEP 16.400-040, Caixa Postal 844 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidiu a Reunião o Sr. Carlo Alberto Bottarelli ("Presidente"), que convidou a mim, Gabriela Cristina Yachel Slaghenaufl, para secretariá-lo ("Secretária"). **4. Ordem do Dia:** (i) Tomar ciência da renúncia de membro da Diretoria da Companhia; e (ii) Deliberar acerca da nova composição da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a Reunião, lida a as matérias constantes da Ordem do Dia pelo Presidente da Mesa, os membros presentes do Conselho de Administração da Companhia passaram à análise e discussão da pauta e, por unanimidade dos votos e sem ressalvas deliberam por: **5.1.** Manifestar ciência da renúncia apresentada pelo Sr. **Hamilton Amadeo**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.542.228-X, inscrito no CPF/MF sob o nº 039.875.108-03, do cargo de Diretor Presidente e Relações com Investidores da Companhia, que deixa o cargo a partir desta data e, nesta oportunidade, recebe os agradecimentos pelos esforços dos serviços prestados. **5.2.** Eleger o Sr. **Roberto Paulo Hanke**, brasileiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 776.868-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 160.359.259-87, com endereço comercial na Cidade de Lins, Estado de São Paulo, na Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451, Centro, CEP 16.400-040, que, a partir desta data, deixa o cargo de Diretor Executivo e passa a ocupar o cargo de Diretor Presidente e Relações com Investidores da Companhia. **5.3.** O Diretor Presidente da Companhia, ora eleito, tomará posse de seu respectivo cargo, mediante assinatura do respectivo termo de posse, com declaração de desimpedimento, lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões de Conselho de Administração, arquivado na sede da Companhia, declarando, nos termos e para fins do artigo 53, IV do Decreto nº 1.800/96 e § 1º do artigo 147 da Lei das S.A., sob as penas da lei, não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **5.4.** Em decorrência das deliberações acima, a Diretoria Executiva da Companhia, a partir de 24 de outubro de 2024, cujo mandato unificado se encerra na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2025, passa a ter a seguinte composição: **a) Roberto Paulo Hanke** – Diretor Presidente e Relações com Investidores; **b) José Garcia Neto** – Diretor Administrativo-Financeiro; e, **c) Daniel Ramos Victorino** – Diretor de Engenharia e Operações da Companhia e Responsável Técnico da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos para a lavratura e leitura desta ata que, achada conforme, foi aprovada por unanimidade, sendo assinada por todos os presentes. Lins, 24 de outubro de 2024. **Carlo Alberto Bottarelli** – Presidente; **Luiz Fernando Wolff de Carvalho** – Conselheiro; **João Vilar Garcia** – Conselheiro; **Roberto Solheid da Costa de Carvalho** – Conselheiro; **Marcos Paulo Fernandes Pereira** – Conselheiro; **Gabriela Cristina Yachel Slaghenaufl** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 425.016/24-9 em 19/11/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

HB Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 02.668.512/0001-56 (Companhia)

Edital de Convocação

Ficam convocados os acionistas da Companhia para participar da **assembleia geral extraordinária (AGE)** a se realizar presencialmente na sede da Companhia, localizada no município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, na avenida José Munia, nº 6.250, bairro Jardim Francisco Fernandes, CEP: 15.090-275, no dia 03/12/2024 às 10:00h. **Ordem do Dia:** (i) reeleição da diretoria; e (ii) aumento do capital social da Companhia. **Documentação necessária para participação:** documento de identificação do acionista ou seu representante legal. Caso o acionista seja representado por procurador, enviar o instrumento de mandato na forma da lei e do estatuto social com antecedência mínima de 24 horas para o e-mail: societario@hapvida.com.br. São José do Rio Preto/SP, 22 de novembro de 2024. Diretor Presidente – Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima. (22, 23 e 26/11/2024)

Tarsila do Amaral Licenciamento e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 04.404.143/0001-10 – NIRE 35.300.618.840

Edital de Convocação – Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Tarsila do Amaral Licenciamento e Empreendimentos S.A. ("Companhia")**, para reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se no dia 2º de dezembro de 2024, às 19h, na modalidade virtual, por meio da Plataforma Google Meet, pelo endereço eletrônico: <https://meet.google.com/msr-uxan-ygk?authuser=0>, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinariamente:** (i) a ratificação do relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) a eleição da Administração – Conselho de Administração e Diretoria; e (iv) a instalação do Conselho Fiscal da Companhia. **Extraordinariamente:** (i) a alteração do Estatuto Social para reformulação da Administração da Companhia, com a criação de um Conselho de Administração, complementariamente à Diretoria já existente; e a criação de Comitês Técnicos; (ii) a alteração do endereço sede da Companhia; (iii) a ratificação da contratação dos prestadores de serviços da Companhia pela Diretoria no exercício social de 2023; (iv) a ratificação do Plano Comercial da Companhia; e (v) outras matérias de interesse dos Acionistas. Itapetitinga/SP, 18 de novembro de 2024. **Paulo Henrique do Amaral Stuardt Montenegro** – Diretor Presidente. (20, 22 e 23/11/2024)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/11/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

